
***China Construction
Bank (Brasil) Banco
Múltiplo S.A. e
empresas controladas***

***Demonstrações contábeis
consolidadas em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

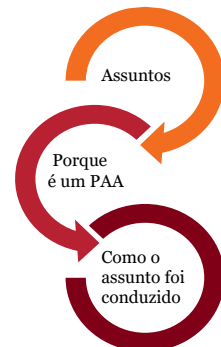
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração da perda de crédito esperada

Conforme divulgado nas Notas 3(e) e 9, a estimativa da perda de crédito esperada, considerando os requerimentos do IFRS 9, envolve julgamento por parte da administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração e fatores econômicos.

Desta forma, essa área foi considerada como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos a atualização do entendimento do processo desenvolvido pela Instituição para análise e avaliação do IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, relacionados à aderência aos requisitos da referida norma.

Em relação à metodologia de perda esperada, aplicamos determinados procedimentos de auditoria relacionados à: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos do IFRS 9; (ii) entendimento e testes relacionados à mensuração da perda de crédito esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração; e (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação dos créditos.

Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração na mensuração e registro da perda de crédito esperada requerida pelo IFRS 9, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Créditos tributários

Conforme divulgado nas Notas 3(m) e 11(a), a Instituição possui ativos decorrentes de créditos tributários substancialmente sobre diferenças temporárias, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração com base em estudo do cenário atual e futuro.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de

Nossos procedimentos consideraram a atualização do entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos.



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA

estimativa crítica que continua a ser definida como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Discutimos com a administração e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização dos créditos tributários pelos órgãos adequados da administração.
Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

A Instituição é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais poderia ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação continua a ser considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.




China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de abril de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A nova Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. “CCB Brasil” ou “Banco”, cuja posse ocorreu em 1º de fevereiro de 2024, submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, preparadas com base nas premissas e estimativas aplicadas pela Administração anterior, juntamente com o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base no padrão internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). Por fim, ressaltando que tenha reconhecido as premissas adotadas pela gestão anterior na demonstração contábeis e no estudo técnico de crédito tributário, a nova administração irá revisar e alinhar estas premissas com a base na nova estratégia do novo controlador Bank of China para o Banco. Esse delineamento será divulgado oportunamente até o encerramento do próximo exercício.

Desempenho do Exercício de 2023

Os índices consolidados de inadimplência compostos pela carteira de crédito classificada no estágio 3, continuam bem controlados, alcançando 1,2% em 2023, enquanto que em 2022 era de 1,7%.

Ao final do exercício de 2023, as operações de crédito alcançaram R\$ 9.742,5 milhões, decréscimo de 4,19% na comparação com o ano precedente de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, a Matriz representava 22% (27% em 2022) da captação total de R\$ 15.800,8 milhões. Vale salientar que a Matriz tem provido o CCB Brasil com funding adequado a manutenção da continuidade das suas atividades operacionais e aderente as condições das taxas de mercado. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 180 dias, têm sido sistematicamente renovados.

A receita líquida com juros do período de 2023 alcançou R\$ 361,8 milhões, redução ante o resultado obtido em igual período de 2022, R\$ 376,2 milhões.

O prejuízo líquido do exercício de 2023 foi de R\$ 6,0 milhões (2022 – prejuízo R\$ 32,5 milhões).

Ao término do exercício de 2023, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1.546,4 milhões e o índice de Basileia era de 20,28%.

Mudança de controle

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada, através da aquisição de ações do Banco até então mantidas pela CCB Holding, a transferência do controle acionário do CCB Brasil, iniciada no primeiro semestre de 2023 por meio do aumento de capital de R\$ 540 milhões para o Bank of China Limited (“BOC”), instituição financeira chinesa com sede em Pequim, atual controladora, no Brasil, do Banco da China Brasil S.A. (“BOC Brasil”). A CCB Holding manterá participação minoritária no Banco.

Inicia-se um processo de transição e cumprimento de determinadas obrigações contratuais e regulatórias para que se conclua a transação e, oportunamente, da alteração dos nomes fantasia e razões sociais do CCB Brasil e de suas sociedades controladas.

O BOC é um banco chinês com mais de 112 anos de tradição. Possui globalmente mais de US\$ 4,5 trilhões de ativos e, aproximadamente, US\$ 363 bilhões de Capital Nível I. O BOC foi considerado, no ano de 2023, o 4º melhor Banco Mundial pela revista *The Banker* e o Melhor Banco Privado para Empreendedores pela revista *Global Finance*.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 25 de abril de 2024).

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

| ATIVO | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------|-------------------|-------------------|
| Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil | | 14.562 | 56.105 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 5.b | 5.073.440 | 4.510.349 |
| Ao custo amortizado | | 119.762 | 104.648 |
| Ao valor justo de outros resultados abrangentes | | 4.953.678 | 4.405.701 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 6 | 101.516 | 109.322 |
| Outros Ativos Financeiros ao Custo Amortizado | | 12.130.178 | 12.213.870 |
| Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras | 7 | 2.544.004 | 2.234.094 |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 8 | 9.742.506 | 10.168.698 |
| Outros empréstimos e recebíveis | | 7.312 | 16.358 |
| Outros ativos financeiros | | - | 13.378 |
| Perda de crédito esperada | 9 | (163.644) | (218.658) |
| Ativos não Financeiros Mantidos para Venda | 10 | 69.944 | 83.584 |
| Ativo Tangível | | 4.594 | 23.357 |
| Ativo Intangível | | 1.823 | 1.390 |
| Créditos Tributários | | 688.697 | 965.789 |
| Impostos a compensar | | 28.256 | 28.777 |
| Crédito tributário | 11.a | 469.227 | 639.495 |
| Crédito presumido - Lei nº 12.838/13 | 11.b | 191.214 | 297.517 |
| Outros Ativos | 12 | 77.486 | 68.464 |
| Total do Ativo | | 18.162.240 | 18.032.230 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Balço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

(continuação)

| PASSIVO | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|------|-------------------|-------------------|
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 6 | 29.947 | 49.406 |
| Passivo Financeiro ao Custo Amortizado | | 15.886.832 | 15.575.316 |
| Instrumentos de capital | 13 | 823.021 | 887.009 |
| Depósitos de instituições financeiras | 14 | 5.793.105 | 4.630.829 |
| Depósitos de clientes | 15 | 4.486.720 | 4.289.996 |
| Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários | 16 | 1.305.228 | 1.109.490 |
| Obrigações de empréstimos e repasses | 17 | 3.392.713 | 4.657.992 |
| Outros passivos financeiros | | 86.045 | - |
| Provisões | 18 | 575.552 | 1.142.204 |
| Obrigações Fiscais | | 19.854 | 37.535 |
| Impostos correntes | | 19.854 | 37.535 |
| Outras Obrigações | 21 | 103.702 | 217.349 |
| Total do Passivo | | 16.615.887 | 17.021.810 |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Capital social | 22.a | 3.497.234 | 2.956.864 |
| Ações em tesouraria | 22.b | (55.105) | (55.105) |
| Prejuízos acumulados | | (1.898.180) | (1.892.192) |
| Reservas de capital | | 899 | 899 |
| Outros resultados abrangentes | | 1.505 | (46) |
| Total do Patrimônio Líquido | | 1.546.353 | 1.010.420 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 18.162.240 | 18.032.230 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------|----------------|-----------------|
| Receitas com juros e similares | 24.a | 1.916.745 | 1.700.952 |
| Despesas com juros e similares | 24.a | (1.554.736) | (1.320.429) |
| Resultado Líquido com Juros e Similares | | 362.009 | 380.523 |
| Diferenças cambiais (líquidas) | 24.b | 42.361 | 29.061 |
| Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) | 25 | (42.575) | (33.406) |
| Receita Líquida com Juros | | 361.795 | 376.178 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 22 | (2.261) |
| Receita de tarifas e comissões | 26 | 33.811 | 44.283 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 27 | (22.475) | (52.345) |
| Total de Receitas | | 373.153 | 365.855 |
| Despesas de pessoal | 28 | (175.516) | (174.899) |
| Outras despesas administrativas | 29 | (66.618) | (71.928) |
| Despesas tributárias | 30 | (32.189) | (37.603) |
| Depreciação e amortização | | 8.635 | (11.056) |
| Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros | 9 | 4.211 | (31.329) |
| Ganhos (perda) com outros ativos (líquidas) | 31 | 1.305 | 13.204 |
| Resultado Antes da Tributação | | 112.981 | 52.244 |
| Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos | 11.c | (118.969) | (84.782) |
| Prejuízo dos exercícios | | (5.988) | (32.538) |
| Quantidade de ações (mil) | | 689.797 | 459.233 |
| Prejuízo básico e diluído por ação - R\$ | | (0,01) | (0,07) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-----------------------|------------------------|
| Prejuízo dos exercícios | <u>(5.988)</u> | <u>(32.538)</u> |
| Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados Subsequentemente para Lucro Líquido | <u>1.551</u> | <u>1.435</u> |
| Ganhos com ativos/passivos ao valor justo de outros resultados | 2.821 | 2.609 |
| Encargos Fiscais sobre ativos/passivos ao valor justo de outros resultados | (1.270) | (1.174) |
| Resultado Abrangente dos exercícios | <u>(4.437)</u> | <u>(31.103)</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

| | Reservas de capital | | | | | Total |
|--|---------------------|---------------------|-----------------------------|-------------------------------|----------------------|------------------|
| | Capital Social | Ações em tesouraria | Ágio na subscrição de ações | Outros resultados abrangentes | Prejuízos acumulados | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2022 | 2.956.864 | (55.105) | 899 | (1.481) | (1.859.654) | 1.041.523 |
| Valor justo de outros resultados abrangentes | - | - | - | 1.435 | - | 1.435 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (32.538) | (32.538) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 2.956.864 | (55.105) | 899 | (46) | (1.892.192) | 1.010.420 |
| Mutações do exercício | - | - | - | 1.435 | (32.538) | (31.103) |
| Saldos em 01 de janeiro de 2023 | 2.956.864 | (55.105) | 899 | (46) | (1.892.192) | 1.010.420 |
| Aumento de capital | 540.370 | - | - | - | - | 540.370 |
| Valor justo de outros resultados abrangentes | - | - | - | 1.551 | - | 1.551 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (5.988) | (5.988) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 3.497.234 | (55.105) | 899 | 1.505 | (1.898.180) | 1.546.353 |
| Mutações do exercício | 540.370 | - | - | 1.551 | (5.988) | 535.933 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------|------------------|------------------|
| Prejuízo dos exercícios | | (5.988) | (32.538) |
| Ajustes ao Resultado | | 133.375 | 101.230 |
| Provisão para perda esperada ao risco de crédito | 9 | (4.211) | 31.329 |
| Atualização de depósitos em garantias | 27 | (28.791) | (27.686) |
| Provisão para passivos contingentes | 19.a | 56.861 | 64.377 |
| Outras provisões operacionais | | 11.556 | (5.293) |
| Depreciação e amortização | | (8.635) | 11.056 |
| Créditos tributários e passivos fiscais diferidos | 11 | 114.604 | 63.315 |
| Resultado de participações societárias | | (22) | 2.261 |
| Perda na venda de tangível | 31 | - | 146 |
| (Ganho) na venda de ativos disponíveis para venda | 10 | (7.487) | (10.907) |
| Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa | | (549) | (28.355) |
| Baixa de bens por inutilização | 31 | 49 | 987 |
| Lucro Ajustado | | 127.387 | 68.692 |
| Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras | | 19.810 | (23.773) |
| (Aumento) de ativos financeiros a custo amortizado | | (15.114) | (13.065) |
| (Aumento) de ativos financeiros a valor justo de outros resultados abrangentes | | (545.156) | (438.322) |
| (Redução) aumento de derivativos | | (11.653) | (67.041) |
| Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a clientes | | 375.389 | (37.980) |
| Redução (aumento) de outros empréstimos e recebíveis | | 9.046 | (952) |
| Redução de outros ativos financeiros | | 42.169 | 61.699 |
| (Aumento) de ativos mantidos para venda | | (1.163) | (335) |
| (Aumento) de outros ativos | | (565.507) | (478.248) |
| Aumento de depósitos de instituições financeiras | | 1.162.276 | 973.516 |
| Aumento (redução) de depósitos de clientes | | 196.724 | (987.717) |
| Aumento de obrigações por títulos e valores mobiliários | | 195.738 | 564.853 |
| Aumento de outros passivos financeiros | | 86.045 | - |
| (Redução) aumento de outras obrigações | | (118.818) | 78.739 |
| Impostos de renda e contribuição social pagos | | (12.510) | (13.463) |
| Pagamento de juros | | (391.880) | (98.706) |
| Pagamento de contingências | 19.a | (492.868) | (24.520) |
| Recebimento de juros | | 580.740 | 458.191 |
| Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais | | 640.655 | 21.568 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | | | |
| Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda | 10 | 16.132 | 30.674 |
| Alienação de imobilizado de uso | | 29.326 | 14.229 |
| Aplicação no intangível | | (2.384) | (2.138) |
| (Aquisição) alienação de investimentos | | (40) | 205 |
| Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimentos | | 43.034 | 42.970 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | | | |
| Aumento em obrigações por empréstimos e repasses | | 39.067.893 | 9.437.206 |
| (Redução) em instrumento de dívida elegíveis a capital | 13 | (63.988) | (61.676) |
| Pagamento de empréstimos | | (39.941.292) | (9.482.653) |
| Aumento de capital | | 540.370 | - |
| Caixa Líquido (Utilizado) em Atividades de Financiamento | | (397.017) | (107.123) |
| Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | | 286.672 | (42.585) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 4 | 1.833.984 | 1.848.214 |
| Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa | | 549 | 28.355 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 4 | 2.121.205 | 1.833.984 |
| Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | | 286.672 | (42.585) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., (“CCB Brasil” e/ou “Companhia”), sediado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, No. 4.440, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo CCB Brazil Financial Holding – Investimentos Participações Ltda., empresa integrante do grupo China Construction Bank Corporation, sediado na República Popular da China, autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas, controladas o Banco atua em todo o território nacional nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada, através da aquisição de ações do Banco até então mantidas pela CCB Holding, a transferência do controle acionário do CCB Brasil, iniciada no primeiro semestre de 2023 por meio do aumento de capital de R\$ 540 milhões para o Bank of China Limited (“BOC”), instituição financeira chinesa com sede em Pequim, atual controladora, no Brasil, do Banco da China Brasil S.A. (“BOC Brasil”). A CCB Holding manteve participação minoritária no Banco.

Inicia-se um processo de transição e cumprimento de determinadas obrigações contratuais e regulatórias para que se conclua a transação e, oportunamente, da alteração dos nomes fantasia e razões sociais do CCB Brasil e de suas sociedades controladas. Vide, adicionalmente, nota 35, eventos subsequentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela International Accounting Standard Board (IASB) e (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”) as interpretações do Comitê de Interpretações do IFRS (atual denominação do IFRIC) os quais evidenciam todas as informações relevantes.

Base para consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão especificadas abaixo:

| Denominação social | País de origem | Método de Consolidação | Participação |
|--|----------------|------------------------|--------------|
| Subsidiárias diretas no País | | | 2023 |
| CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. | Brasil | Integral | 100% |
| CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | Brasil | Integral | 100% |
| CCB Brasil Informática S.A. | Brasil | Integral | 100% |
| CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. | Brasil | Integral | 100% |
| CCB Brasil S.A. – Crédito, Financiamentos e Investimentos | Brasil | Integral | 100% |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | | | |
|--------------------------------------|--------|----------|------|
| CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. | Brasil | Integral | 100% |
| CCB Brasil Cobrança Ltda. | Brasil | Integral | 100% |

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de abril de 2024.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Real, moeda funcional do CCB Brasil e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, que sejam prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

c) Classificações dos instrumentos financeiros

i. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o CCB Brasil se torna uma parte integrante na relação contratual do instrumento. Isso inclui: compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

ii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

O CCB Brasil classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test).

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas do CCB Brasil, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) acima, é necessária a aplicação do SPPI Test.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Baseado nestes fatores, o Banco aplica os seguintes critérios para cada categoria de classificação:

- Custo Amortizado
 - Ativos administrados para obter fluxos de caixas contratuais apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test);
 - Inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
 - Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Receita com Juros e Similares”.
- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
 - Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa contratuais apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica “Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido”.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo
 - Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
 - Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado;
 - Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

d) Mensuração dos ativos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

- **Técnicas de avaliação de valor justo**

Os métodos adotados pelo CCB Brasil para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme segue:

- Nível 1: Utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo”, e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.

- Nível 2: Na ausência de cotações públicas, o CCB Brasil, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão alocados neste nível além das emissões no exterior com preços disponíveis no mercado secundário.

- Nível 3: Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 não haviam instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

| | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|---|----------------------------|-----------|---|----------------------------|-----------|
| | Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1) | Modelos internos (Nível 2) | Total | Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1) | Modelos internos (Nível 2) | Total |
| Títulos e valores mobiliários ao valor justo de outros resultados abrangentes (nota 5) | 4.953.678 | - | 4.953.678 | 4.405.701 | - | 4.405.701 |
| Instrumentos financeiros derivativos - ativos (nota 6) | 12.533 | 88.983 | 101.516 | 26.332 | 82.990 | 109.322 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | | | | | | |
|---|-------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Instrumentos financeiros derivativos - passivos (nota 6) | 9.858 | 20.089 | 29.947 | 18.907 | 30.499 | 49.406 |
|---|-------|--------|--------|--------|--------|--------|

As principais técnicas usadas pelos modelos internos (nível 2) do CCB Brasil para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

| | Valores justos calculados utilizando-se modelos internos | | Técnicas de avaliação | Principais premissas |
|-----------------------------|---|---------------|--------------------------|--|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | |
| Derivativos Ativos | 88.983 | 82.990 | | |
| Contratos de swap | 88.398 | 80.869 | Método do valor presente | Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) |
| Operações a termo | 585 | 2.121 | Método do valor presente | Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros) |
| Derivativos Passivos | 20.089 | 30.499 | | |
| Contratos de swap | 6.612 | 11.618 | Método do valor presente | Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) |
| Operações a termo | 13.477 | 18.881 | Modelo Black-Scholes | Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros) |

e) Perda de crédito esperada

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Banco reconhece a provisão para perdas na Demonstração Consolidada do Resultado em contrapartida ao Resultado, sem efeito no valor contábil bruto do ativo financeiro.

A cada período reportado, o Banco avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados mensalmente ou quando condições de mercado exigirem.

O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos do governo brasileiro, conforme estudo efetuado pelo Banco.

O Banco avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

f) Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros, ou parte deles, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber o fluxo de caixa dos ativos expirarem, ou quando forem transferidos e o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou quando forem transferidos e o Grupo não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de participações.

O consolidado efetua transações onde retém os direitos contratuais de receber o fluxo de caixa dos ativos, mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Essas transações são contabilizadas como transferências 'repassadas' que resultam em desreconhecimento se o grupo:

- (i) Não tem obrigação de efetuar pagamentos, a menos que receba valores equivalentes dos ativos;
- (ii) É proibido vender ou oferecer os ativos; e
- (iii) Tem a obrigação de remeter todo o dinheiro que arrecada dos ativos sem atraso material.

g) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros e suas respectivas receitas e despesas relacionadas, são apresentados líquidos nas demonstrações contábeis se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. São mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em "Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos)" na Demonstração Consolidada do Resultado. Ganhos com um ativo não financeiros destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

i) Hedge de Valor Justo

Para essas operações são aplicadas as seguintes práticas:

- a) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de hedge pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de hedge contábil não forem mais atendidos ou caso a designação seja revogada deve-se descontinuar prospectivamente o hedge contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

O Banco não possui hedge accounting de fluxo de caixa.

j) Contabilização de leasings

Leasings financeiros são operações de crédito que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao leasing mais o valor residual garantido - que, de modo geral, é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do leasing - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” no Balanço Patrimonial Consolidado.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

Provisões: são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa 19.

Passivos contingentes: o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

l) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo CCB Brasil para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de comissões são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução do serviço.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

m) Ativos e obrigações fiscais

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e de 20% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social. De 01 de agosto a 31 de dezembro de 2022, de acordo com a Lei nº 14.446/22, a contribuição social foi de 21%.

O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi calculado considerando a alíquota vigente na data de sua realização.

IFRIC 23

O CCB Brasil efetuou análises sobre os procedimentos adotados para contabilização e apresentação dos Impostos sobre o Lucro em relação ao conteúdo da IFRIC 23, cuja conclusão é de não haver impactos nas divulgações dos períodos apresentados.

n) Estimativas contábeis críticas

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do CCB Brasil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Todas as estimativas e premissas, as quais estão destacadas abaixo,

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado.

Além do método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps e operações a termo); onde os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (PU Anbima, DIs e DDIs Futuros etc.).

ii. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros;

O CCB Brasil reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

iii. Provisões, Contingências e Outros Compromissos;

O CCB Brasil revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na nota 19.

A análise de sensibilidade é detalhada na nota 33 - “Estrutura de gerenciamento de risco e capital”.

iv. Provisão para garantias prestadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

A metodologia para o cálculo das provisões em operações de fiança se baseia na probabilidade de desembolso para honrar as garantias prestadas, calculada através de modelo desenvolvido pela instituição com informações e critérios verificáveis.

Adicionalmente, discussões judiciais relacionadas a fianças cuja probabilidade de desembolso é considerada provável pelos consultores jurídicos da instituição estão incluídas nesta provisão.

A análise de sensibilidade é detalhada na nota 33 - “Estrutura de gerenciamento de risco e capital”.

o) Participação societária

As participações societárias são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

p) Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado através da divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

O resultado por ação diluído é calculado de forma similar ao resultado básico por ação, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão das ações potencialmente dilúveis no denominador.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Disponibilidades | 8.227 | 50.727 |
| Aplicações no mercado aberto | 2.000.429 | 1.500.239 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | 112.549 | 283.018 |
| Total | <u>2.121.205</u> | <u>1.833.984</u> |
| Moeda: | | |
| Real | 1.995.680 | 1.495.098 |
| Moeda estrangeira | 125.525 | 338.886 |
| Total | <u>2.121.205</u> | <u>1.833.984</u> |

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Política de atuação**

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada anualmente.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria de mensuração

| | 31/12/2023 | | | | | | |
|--|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Até 90 dias | 91 a 360 dias | Total Circulante | Não circulante | Total contábil | Custo corrigido | Valor de mercado |
| Ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Estágio 1) | 1.107.463 | 447.910 | 1.555.373 | 3.398.305 | 4.953.678 | 4.950.941 | 4.953.678 |
| Carteira própria (*) | 230.868 | 8.605 | 239.473 | 145.805 | 385.278 | 385.164 | 385.277 |
| Letras Financeiras Tesouro | 230.868 | 8.605 | 239.473 | 145.805 | 385.278 | 385.164 | 385.277 |
| Vinculados a operações compromissadas | 820.230 | - | 820.230 | 3.220.719 | 4.040.949 | 4.038.321 | 4.040.950 |
| Letras Financeiras Tesouro | 820.230 | - | 820.230 | 3.220.719 | 4.040.949 | 4.038.321 | 4.040.950 |
| Vinculados a prestação de garantias (**) | 56.365 | 439.305 | 495.670 | 31.781 | 527.451 | 527.456 | 527.451 |
| Letras Financeiras Tesouro | 56.365 | 439.305 | 495.670 | 31.781 | 527.451 | 527.456 | 527.451 |
| Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (Estágio 1) | - | - | - | 119.762 | 119.762 | 119.762 | 119.762 |
| Carteira própria | - | - | - | 119.762 | 119.762 | 119.762 | 119.762 |
| Cotas – FIDC | - | - | - | 119.762 | 119.762 | 119.762 | 119.762 |
| Total | 1.107.463 | 447.910 | 1.555.373 | 3.518.067 | 5.073.440 | 5.070.703 | 5.073.440 |

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 525.884 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 853 referente a processos judiciais e R\$ 714 referente a outras garantias.

| | 31/12/2022 | | | | | | |
|--|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Até 90 dias | 91 a 360 dias | Total Circulante | Não circulante | Total contábil | Custo corrigido | Valor de mercado |
| Ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Estágio 1) | 719.487 | 315.562 | 1.035.049 | 3.370.652 | 4.405.701 | 4.405.784 | 4.405.701 |
| Carteira própria (*) | 111.268 | 115.458 | 226.726 | 908.492 | 1.135.218 | 1.135.124 | 1.135.218 |
| Letras Financeiras Tesouro | 111.268 | 115.458 | 226.726 | 908.492 | 1.135.218 | 1.135.124 | 1.135.218 |
| Vinculados a operações compromissadas | 608.219 | 200.104 | 808.323 | 2.378.208 | 3.186.531 | 3.186.729 | 3.186.531 |
| Letras Financeiras Tesouro | 608.219 | 200.104 | 808.323 | 2.378.208 | 3.186.531 | 3.186.729 | 3.186.531 |
| Vinculados a prestação de garantias (**) | - | - | - | 83.952 | 83.952 | 83.931 | 83.952 |
| Letras Financeiras Tesouro | - | - | - | 83.952 | 83.952 | 83.931 | 83.952 |
| Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (Estágio 1) | - | - | - | 104.648 | 104.648 | 104.648 | 104.648 |
| Carteira própria | - | - | - | 104.648 | 104.648 | 104.648 | 104.648 |
| Cotas – FIDC | - | - | - | 104.648 | 104.648 | 104.648 | 104.648 |
| Total | 719.487 | 315.562 | 1.035.049 | 3.475.300 | 4.510.349 | 4.510.432 | 4.510.349 |

(*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo contábil inclui R\$ 82.569 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 752 referente a processos judiciais e R\$ 631 referente a outras garantias.

| Moeda | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------|------------|------------|
| Real | 5.073.440 | 4.510.349 |

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN e as cotas de FIDC são custodiadas pela instituição custodiante nomeada pelo Administrador do Fundo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço e o das cotas do Fundo de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo Administrador do Fundo.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Política de utilização

Em função da Regra de *Paul Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter *hedge*. Durante o exercício vigente e com o objetivo de mitigar o risco de mercado que é oriundo dos descasamentos entre os ativos e passivos do Conglomerado, o CCB Brasil realizou a negociação de derivativos tradicionais e não complexos (*plain vanilla*) visando sobretudo atender à necessidade de clientes, sempre com respectivos hedges, como também utilizou deste instrumento para proteção de exposição a taxas de juros da carteira banking.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF (termo de moeda) e Mercado Futuro para fins de hedge de obrigações com títulos emitidos no exterior e de *funding* em moeda estrangeira recebido. Com isto, há a possibilidade de se proteger do risco de variação da moeda e do cupom cambial que tais transações estão naturalmente sujeitas, e assim, se resguardando de oscilações inesperadas e impactantes por meio de hedge econômico e contábil, quando aplicável.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

O CCB Brasil adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2023 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking*), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Registro dos valores

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2023), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

Especificamente, para o Hedge de valor de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

f) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2023 apresentam as seguintes características:

| | Circulante | Não circulante | Diferencial a receber | Circulante | Não circulante | Diferencial a pagar | Valor de referência | | | | |
|----------------------------------|---------------|----------------|-----------------------|---------------|----------------|---------------------|--|---------------------------|------------------|----------------|-----------|
| | | | | | | | Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos) | | | | |
| | | | | | | | A vencer até 03 meses | A vencer de 03 a 12 meses | Total Circulante | Não circulante | Total |
| Contratos de Swap | | | | | | | | | | | |
| Mercado Interfinanceiro | 14.658 | 58.047 | 72.705 | 69 | - | 69 | 12.642 | 101.155 | 113.797 | 374.392 | 488.189 |
| Moeda Estrangeira | 5.630 | - | 5.630 | - | 6.333 | 6.333 | (13.916) | (116.280) | (130.196) | (366.961) | (497.157) |
| Pré | 761 | - | 761 | - | - | - | 1.274 | 15.125 | 16.399 | (7.431) | 8.968 |
| Subtotal | 21.049 | 58.047 | 79.096 | 69 | 6.333 | 6.402 | - | - | - | - | - |
| Ajuste ao Valor de Mercado | 1.844 | 7.458 | 9.302 | 3 | 207 | 210 | - | - | - | - | - |
| Total | 22.893 | 65.505 | 88.398 | 72 | 6.540 | 6.612 | - | - | - | - | - |
| Contratos de Termo/NDF | | | | | | | | | | | |
| Compra de Termo/NDF | 33 | - | 33 | 13.463 | - | 13.463 | 58.446 | 140.957 | 199.403 | - | 199.403 |
| Venda de Termo/NDF | 552 | - | 552 | 14 | - | 14 | (28.622) | (183) | (28.805) | - | (28.805) |
| Subtotal | 585 | - | 585 | 13.477 | - | 13.477 | - | - | - | - | - |
| Total | 23.478 | 65.505 | 88.983 | 13.549 | 6.540 | 20.089 | - | - | - | - | - |
| Contratos Futuros | | | | | | | | | | | |
| Compra – Mercado Interfinanceiro | - | - | - | 23 | - | 23 | - | 198.900 | 198.900 | 6.614 | 205.514 |
| Venda – Mercado Interfinanceiro | 143 | - | 143 | - | - | - | (155.470) | (125.392) | (280.862) | (284.851) | (565.713) |
| Compra – DDI – Cupom Cambial | 1.916 | - | 1.916 | - | - | - | 219.503 | 60.207 | 279.710 | 203.906 | 483.616 |
| Venda – DDI – Cupom Cambial | - | - | - | 2.239 | - | 2.239 | - | (346.964) | (346.964) | (139.322) | (486.286) |
| Compra – Moeda Estrangeira | 10.471 | - | 10.471 | 2 | - | 2 | 2.152.451 | - | 2.152.451 | - | 2.152.451 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | | | | | | | | | | |
|--------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|--------------|---------------|-------------|---|-------------|---------------|
| Venda – Moeda | | | | | | | | | | |
| Estrangeira | 3 | - | 3 | 7.594 | - | 7.594 | (1.612.494) | - | (1.612.494) | - (1.612.494) |
| Total | 12.533 | - | 12.533 | 9.858 | - | 9.858 | | | | |
| Total Geral | 36.011 | 65.505 | 101.516 | 23.407 | 6.540 | 29.947 | | | | |

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2022 apresentam as seguintes características:

| | Circulante | Não circulante | Diferencial a receber | Circulante | Não circulante | Diferencial a pagar | Valor de referência | | | | | | | |
|-------------------------------|---------------|----------------|-----------------------|---------------|----------------|---------------------|--|---------------------------|------------------|----------------|-------------|--|--|--|
| | | | | | | | Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos) | | | | | | | |
| | | | | | | | A vencer até 03 meses | A vencer de 03 a 12 meses | Total Circulante | Não circulante | Total | | | |
| Contratos de Swap | | | | | | | | | | | | | | |
| Mercado Interfinanceiro | 25.619 | 37.570 | 63.189 | 240 | 1.688 | 1.928 | 68.402 | 243.468 | 311.870 | 607.902 | 919.772 | | | |
| Moeda Estrangeira | 283 | 1.657 | 1.940 | 4.993 | 4.622 | 9.615 | (68.402) | (275.265) | (343.667) | (614.272) | (957.939) | | | |
| Pré | 584 | - | 584 | - | 119 | 119 | - | 31.797 | 31.797 | 6.370 | 38.167 | | | |
| Subtotal | 26.486 | 39.227 | 65.713 | 5.233 | 6.429 | 11.662 | - | - | - | - | - | | | |
| Ajuste ao Valor de Mercado | (133) | 15.289 | 15.156 | (404) | 360 | (44) | - | - | - | - | - | | | |
| Total | 26.353 | 54.516 | 80.869 | 4.829 | 6.789 | 11.618 | - | - | - | - | - | | | |
| Contratos de Termo/NDF | | | | | | | | | | | | | | |
| Compra de Termo/NDF | 1.442 | - | 1.442 | 14.232 | 2.238 | 16.470 | 201.139 | 172.957 | 374.096 | 15.653 | 389.749 | | | |
| Venda de Termo/NDF | 679 | - | 679 | 2.411 | - | 2.411 | 89.685 | 21.460 | 111.145 | - | 111.145 | | | |
| Subtotal | 2.121 | - | 2.121 | 16.643 | 2.238 | 18.881 | - | - | - | - | - | | | |
| Total | 28.474 | 54.516 | 82.990 | 21.472 | 9.027 | 30.499 | - | - | - | - | - | | | |
| Contratos Futuros | | | | | | | | | | | | | | |
| Compra – Mercado | | | | | | | | | | | | | | |
| Interfinanceiro | 20 | - | 20 | - | - | - | 50.132 | 134.757 | 184.889 | 22.842 | 207.731 | | | |
| Venda – Mercado | | | | | | | | | | | | | | |
| Interfinanceiro | - | - | - | 284 | - | 284 | (166.820) | (277.917) | (444.737) | (403.469) | (848.206) | | | |
| Compra – DDI – Cupom | | | | | | | | | | | | | | |
| Cambial | 17.330 | - | 17.330 | 4.270 | - | 4.270 | 1.245.731 | 1.101.887 | 2.347.618 | 453.719 | 2.801.337 | | | |
| Venda – DDI – Cupom | | | | | | | | | | | | | | |
| Cambial | 691 | - | 691 | 108 | - | 108 | (115.762) | (7.776) | (123.539) | - | (123.539) | | | |
| Compra – Moeda | | | | | | | | | | | | | | |
| Estrangeira | 4.016 | - | 4.016 | 806 | - | 806 | 574.931 | - | 574.931 | - | 574.931 | | | |
| Venda – Moeda | | | | | | | | | | | | | | |
| Estrangeira | 4.275 | - | 4.275 | 13.439 | - | 13.439 | (2.301.100) | - | (2.301.100) | - | (2.301.100) | | | |
| Total | 26.332 | - | 26.332 | 18.907 | - | 18.907 | | | | | | | | |
| Total Geral | 54.806 | 54.516 | 109.322 | 40.379 | 9.027 | 49.406 | | | | | | | | |

Instrumentos Derivativos Ativo

| | | |
|--------------|-------------------|-------------------|
| Moeda: | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Real | 101.516 | 109.322 |
| Total | 101.516 | 109.322 |

Instrumentos Derivativos Passivo

| | | |
|--------------|-------------------|-------------------|
| Moeda: | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Real | 29.947 | 49.406 |
| Total | 29.947 | 49.406 |

As operações de “Swap” e “NDF” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

| Título | Vencimento | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|--------|------------|----------------------|----------------|----------------------|---------------|
| | | Valor Justo/Contábil | | Valor Justo/Contábil | |
| LFT | 01/03/2024 | | 56.365 | | - |
| LFT | 01/09/2024 | | 438.591 | | 82.569 |
| LFT | 01/03/2028 | | 30.928 | | - |
| | | | 525.884 | | 82.569 |

g) Hedge accounting
Operação de Crédito Pessoas Físicas

O CCB Brasil detém portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo o CCB Brasil ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco do CCB Brasil são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de valor justo passaram a ser registrados no Banco a partir de janeiro de 2022.

Captações Externas

Com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira, o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e a partir de abril de 2022 designou operações de empréstimos realizadas a partir daquela data como item objeto hedge accounting de valor justo.

| 31/12/2023 | Objeto de Hedge | | | | Instrumento de Hedge | | |
|---|-----------------|----------|----------------|----------|------------------------|----------------|--|
| | Valor Curva | | Valor Justo | | Valor da Inefetividade | Valor Nominal | Variação no valor reconhecido no resultado |
| | Ativos | Passivos | Ativos | Passivos | | | |
| Risco de Taxa de Juros | | | | | | | |
| Hedge de Operações de Crédito (nota 25) | 451.843 | - | 460.412 | - | 2.294 | 543.105 | 8.569 |
| Hedge de Operações de Crédito – parcela descontinuada (nota 25) | - | - | - | - | - | - | 23.119 |
| Total | 451.843 | - | 460.412 | - | 2.294 | 543.105 | 31.688 |

| 31/12/2022 | Objeto de Hedge | | | | Instrumento de Hedge | | |
|---|-----------------|------------------|----------------|------------------|------------------------|----------------|--|
| | Valor Curva | | Valor Justo | | Valor da Inefetividade | Valor Nominal | Variação no valor reconhecido no resultado |
| | Ativos | Passivos | Ativos | Passivos | | | |
| Risco de Taxa de Juros | | | | | | | |
| Hedge de Operações de Crédito (nota 25) | 585.790 | - | 576.084 | - | 952 | 839.829 | (9.706) |
| Hedge de Operações de Crédito – parcela descontinuada (nota 25) | - | - | - | - | - | - | 21.494 |
| Hedge de Captação externa (nota 25) | - | 1.869.997 | - | 1.873.414 | (4.420) | 1.871 | (3.417) |
| Total | 585.790 | 1.869.997 | 576.084 | 1.873.414 | (3.468) | 841.700 | (8.371) |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

7. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Classificação: | | |
| Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras | 2.544.004 | 2.234.094 |
| Tipo: | | |
| Ativos Financeiros ao custo amortizado (estágio 1): | | |
| Aplicações no mercado aberto | 2.000.429 | 1.500.239 |
| Devedores por depósitos em garantia | 427.077 | 446.520 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | 112.549 | 283.018 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 3.949 | 4.317 |
| Total | <u>2.544.004</u> | <u>2.234.094</u> |
| Moeda: | | |
| Real | 2.431.455 | 1.951.076 |
| Moeda estrangeira | 112.549 | 283.018 |
| Total | <u>2.544.004</u> | <u>2.234.094</u> |
| Circulante | 2.116.927 | 1.786.290 |
| Não circulante | 427.077 | 447.804 |
| Total | <u>2.544.004</u> | <u>2.234.094</u> |

8. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Diversificação por tipo de operação

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------------|--------------------------|
| Pessoas Físicas | <u>704.276</u> | <u>897.875</u> |
| Consignado | 693.225 | 883.493 |
| Outros Empréstimos | 11.051 | 14.382 |
| Pessoas Jurídicas | <u>9.038.230</u> | <u>9.270.823</u> |
| Financiamentos à exportação / importação | 3.490.364 | 3.737.868 |
| Capital de Giro | 2.274.379 | 3.130.847 |
| Adiantamentos sobre contratos de câmbio | 1.870.331 | 1.393.735 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 996.638 | 668.331 |
| Outros Empréstimos | 406.518 | 340.042 |
| Total | <u>9.742.506</u> | <u>10.168.698</u> |
| Moeda: | | |
| Real | 5.811.293 | 4.152.630 |
| Moeda estrangeira | 3.931.213 | 6.016.068 |
| Total | <u>9.742.506</u> | <u>10.168.698</u> |
| Circulante | 5.593.509 | 5.644.782 |
| Não circulante | 4.148.997 | 4.523.916 |
| Total | <u>9.742.506</u> | <u>10.168.698</u> |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Valor contábil bruto (carteira de crédito) para estágios de perda esperada

Reconciliação da carteira bruta de “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, segregadas por estágios:

| Estágio 1 | Saldo Inicial 31/12/2022 | Transferência para Estágio 2 | Transferência para Estágio 3 | Transferência do Estágio 2 | Transferência do Estágio 3 | Outras Movimentações* | Saldo Final 31/12/2023 | |
|--|-------------------------------------|---|---|---------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Pessoas Físicas | 798.277 | (14.710) | (24.027) | 3.621 | 15.445 | (145.288) | 633.318 | |
| Consignado | 796.848 | (14.458) | (24.027) | 3.621 | 15.445 | (145.388) | 632.041 | |
| Outros empréstimos ** | 1.429 | (252) | - | - | - | 100 | 1.277 | |
| Pessoas Jurídicas | 8.087.553 | (115.724) | - | 79.236 | - | 723.156 | 8.774.221 | |
| Capital de Giro | 2.917.773 | (9.956) | - | 56.208 | - | (736.674) | 2.227.351 | |
| Financiamento à exportação / importação | 3.370.295 | (105.768) | - | 22.823 | - | 51.285 | 3.338.635 | |
| Outros empréstimos ** | 1.799.485 | - | - | 205 | - | 1.408.545 | 3.208.235 | |
| Total | 8.885.830 | (130.434) | (24.027) | 82.857 | 15.445 | 577.868 | 9.407.539 | |
| Estágio 2 | Saldo Inicial 31/12/2022 | Transferência para Estágio 1 | Transferência para Estágio 3 | Transferência do Estágio 1 | Transferência do Estágio 3 | Outras Movimentações * | Saldo Final 31/12/2023 | |
| Pessoas Físicas | 9.700 | (3.621) | (1.781) | 14.710 | 609 | (2.576) | 17.041 | |
| Consignado | 9.350 | (3.621) | (1.781) | 14.458 | 609 | (2.428) | 16.587 | |
| Outros empréstimos ** | 350 | - | - | 252 | - | (148) | 454 | |
| Pessoas Jurídicas | 1.100.970 | (79.236) | - | 115.724 | - | (938.487) | 198.971 | |
| Capital de Giro | 180.879 | (56.208) | - | 9.956 | - | (110.802) | 23.825 | |
| Financiamento à exportação / importação | 367.573 | (22.823) | - | 105.768 | - | (298.790) | 151.728 | |
| Outros empréstimos ** | 552.518 | (205) | - | - | - | (528.895) | 23.418 | |
| Total | 1.110.670 | (82.857) | (1.781) | 130.434 | 609 | (941.063) | 216.012 | |
| Estágio 3 | Saldo Inicial 31/12/2022 | Transferência para Estágio 1 | Transferência para Estágio 2 | Transferência do Estágio 1 | Transferência do Estágio 2 | Write-off | Outras Movimentações * | Saldo Final 31/12/2023 |
| Pessoas Físicas | 89.898 | (15.445) | (609) | 24.027 | 1.781 | (35.990) | (9.745) | 53.917 |
| Consignado | 77.295 | (15.445) | (609) | 24.027 | 1.781 | (35.990) | (6.463) | 44.596 |
| Outros empréstimos ** | 12.603 | - | - | - | - | - | (3.282) | 9.321 |
| Pessoas Jurídicas | 82.300 | - | - | - | - | (14.813) | (2.449) | 65.038 |
| Capital de Giro | 32.195 | - | - | - | - | - | (8.989) | 23.206 |
| Financiamento à exportação / importação | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros empréstimos ** | 50.105 | - | - | - | - | (14.813) | 6.540 | 41.832 |
| Total | 172.198 | (15.445) | (609) | 24.027 | 1.781 | (50.803) | (12.194) | 118.955 |
| Consolidado dos 3 Estágios | Saldo Inicial 31/12/2022 | Write-off | Outras Movimentações | Saldo Final 31/12/2023 | | | | |
| Pessoas Físicas | 897.875 | (35.990) | (157.609) | 704.276 | | | | |
| Consignado | 883.493 | (35.990) | (154.279) | 693.224 | | | | |
| Outros empréstimos ** | 14.382 | - | (3.330) | 11.052 | | | | |
| Pessoas Jurídicas | 9.270.823 | (14.813) | (217.780) | 9.038.230 | | | | |
| Capital de Giro | 3.130.847 | - | (856.465) | 2.274.382 | | | | |
| Financiamento à exportação / importação | 3.737.868 | - | (247.505) | 3.490.363 | | | | |
| Outros empréstimos ** | 2.402.108 | (14.813) | 886.190 | 3.273.485 | | | | |
| Total | 10.168.698 | (50.803) | (375.389) | 9.742.506 | | | | |

* Em “outras movimentações” são consideradas as operações baixadas por recebimento e a inclusão de novas operações, cessões de crédito e variação cambial de operações indexadas em moeda estrangeira.

** Em “outros empréstimos” são incluídas outras modalidades de crédito (Adiantamentos sobre contratos de câmbio, Financiamentos rurais e agroindustriais, Financiamentos de máquinas e veículos pesados, devedores por compra de valores e bens, Títulos e créditos a receber).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| Estágio 1 | Saldo Inicial 31/12/2021 | Transferência para Estágio 2 | Transferência para Estágio 3 | Transferência do Estágio 2 | Transferência do Estágio 3 | Outras Movimentações* | Saldo Final 31/12/2022 |
|--|-----------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Pessoas Físicas | 1.013.589 | (4.885) | (57.410) | 21.969 | 17.088 | (192.074) | 798.277 |
| Consignado | 998.562 | (4.538) | (44.832) | 21.946 | 17.088 | (191.378) | 796.848 |
| Outros empréstimos ** | 15.027 | (347) | (12.578) | 23 | - | (696) | 1.429 |
| Pessoas Jurídicas | 8.843.814 | (432.105) | - | 6.485 | - | (330.641) | 8.087.553 |
| Capital de Giro | 2.644.231 | (138.114) | - | 6.485 | - | 405.171 | 2.917.773 |
| Financiamento à exportação / importação | 4.389.676 | (182.099) | - | - | - | (837.282) | 3.370.295 |
| Outros empréstimos ** | 1.809.907 | (111.892) | - | - | - | 101.470 | 1.799.485 |
| Total | 9.857.403 | (436.990) | (57.410) | 28.454 | 17.088 | (522.715) | 8.885.830 |

| Estágio 2 | Saldo Inicial 31/12/2021 | Transferência para Estágio 1 | Transferência para Estágio 3 | Transferência do Estágio 1 | Transferência do Estágio 3 | Outras Movimentações * | Saldo Final 31/12/2022 |
|--|-----------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Pessoas Físicas | 38.312 | (21.969) | (3.137) | 4.885 | 142 | (8.533) | 9.700 |
| Consignado | 38.289 | (21.946) | (3.137) | 4.538 | 142 | (8.536) | 9.350 |
| Outros empréstimos ** | 23 | (23) | - | 347 | - | 3 | 350 |
| Pessoas Jurídicas | 62.927 | (6.485) | - | 432.105 | - | 612.423 | 1.100.970 |
| Capital de Giro | 46.888 | (6.485) | - | 138.114 | - | 2.362 | 180.879 |
| Financiamento à exportação / importação | 14.015 | - | - | 182.099 | - | 171.459 | 367.573 |
| Outros empréstimos ** | 2.024 | - | - | 111.892 | - | 438.602 | 552.518 |
| Total | 101.239 | (28.454) | (3.137) | 436.990 | 142 | 603.890 | 1.110.670 |

| Estágio 3 | Saldo Inicial 31/12/2021 | Transferência para Estágio 1 | Transferência para Estágio 2 | Transferência do Estágio 1 | Transferência do Estágio 2 | Write-off | Outras Movimentações * | Saldo Final 31/12/2022 |
|--|-----------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-----------------|---------------------------|---------------------------|
| Pessoas Físicas | 134.057 | (17.088) | (142) | 57.410 | 3.137 | (75.206) | (12.270) | 89.898 |
| Consignado | 125.732 | (17.088) | (142) | 44.832 | 3.137 | (69.933) | (9.243) | 77.295 |
| Outros empréstimos ** | 8.325 | - | - | 12.578 | - | (5.273) | (3.027) | 12.603 |
| Pessoas Jurídicas | 122.541 | - | - | - | - | (9.316) | (30.925) | 82.300 |
| Capital de Giro | 25.495 | - | - | - | - | - | 6.700 | 32.195 |
| Financiamento à exportação / importação | 27.760 | - | - | - | - | - | (27.760) | - |
| Outros empréstimos ** | 69.286 | - | - | - | - | (9.316) | (9.865) | 50.105 |
| Total | 256.598 | (17.088) | (142) | 57.410 | 3.137 | (84.522) | (43.195) | 172.198 |

| Consolidado dos 3 Estágios | Saldo Inicial 31/12/2021 | Write-off | Outras Movimentações | Saldo Final 31/12/2022 |
|---|-----------------------------|-----------------|-------------------------|---------------------------|
| Pessoas Físicas | 1.185.958 | (75.206) | (212.877) | 897.875 |
| Consignado | 1.162.583 | (69.933) | (209.157) | 883.493 |
| Outros empréstimos ** | 23.375 | (5.273) | (3.720) | 14.382 |
| Pessoas Jurídicas | 9.029.282 | (9.316) | 250.857 | 9.270.823 |
| Capital de Giro | 2.716.614 | - | 414.233 | 3.130.847 |
| Financiamento à exportação / importação | 4.431.451 | - | (693.583) | 3.737.868 |
| Outros empréstimos ** | 1.881.217 | (9.316) | 530.207 | 2.402.108 |
| Total | 10.215.240 | (84.522) | 37.980 | 10.168.698 |

* Em "outras movimentações" são consideradas as operações baixadas por recebimento e a inclusão de novas operações, cessões de crédito e variação cambial de operações indexadas em moeda estrangeira.

** Em "outros empréstimos" são incluídas outras modalidades de crédito (Adiantamentos sobre contratos de câmbio, Financiamentos rurais e agroindustriais, Financiamentos de máquinas e veículos pesados, devedores por compra de valores e bens, Títulos e créditos a receber).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

9. PERDA DE CRÉDITO ESPERADA

Composição da provisão para perda de crédito esperada de “empréstimos e adiantamentos a clientes e títulos e valores mobiliários”:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|----------------|----------------|
| Pessoas Físicas | 78.816 | 121.104 |
| Consignado | 75.068 | 112.844 |
| Outros empréstimos | 3.747 | 8.260 |
| Pessoas Jurídicas | 84.280 | 97.132 |
| Capital de Giro | 22.865 | 33.967 |
| Financiamento à exportação / importação | 19.388 | 18.124 |
| Outros empréstimos | 42.027 | 45.041 |
| Subtotal | 163.096 | 218.236 |
| Títulos e valores mobiliários (Estágio 1) | 548 | 422 |
| Total | 163.644 | 218.658 |
| Moeda: | | |
| Real | 160.596 | 140.385 |
| Moeda estrangeira | 3.048 | 78.273 |
| Total | 163.644 | 218.658 |
| Circulante | 67.440 | 101.150 |
| Não circulante | 96.204 | 117.508 |
| Total | 163.644 | 218.658 |

| Estágio 1 | Saldo Inicial | Transferência | Transferência | Transferência | Transferência | Constituição / | Saldo Final |
|---|---------------|----------------|----------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|
| | 31/12/2022 | para Estágio 2 | para Estágio 3 | do Estágio 2 | do Estágio 3 | (Reversão) | 31/12/2023 |
| Pessoas Físicas | 45.057 | (812) | (1.228) | 526 | 12.594 | (22.238) | 33.899 |
| Consignado | 44.924 | (789) | (1.228) | 526 | 12.594 | (22.244) | 33.783 |
| Outros empréstimos | 133 | (23) | - | - | - | 6 | 116 |
| Pessoas Jurídicas | 25.711 | (95) | - | 1.986 | - | 8.368 | 35.970 |
| Capital de Giro | 6.806 | (68) | - | 683 | - | (1.480) | 5.941 |
| Financiamento à exportação / importação | 12.759 | (27) | - | 1.296 | - | 4.159 | 18.187 |
| Outros empréstimos | 6.146 | - | - | 7 | - | 5.689 | 11.842 |
| Total | 70.768 | (907) | (1.228) | 2.512 | 12.594 | (13.870) | 69.869 |

| Estágio 2 | Saldo Inicial | Transferência | Transferência | Transferência | Transferência | Constituição / | Saldo Final |
|---|---------------|----------------|----------------|---------------|---------------|----------------|--------------|
| | 31/12/2022 | para Estágio 1 | para Estágio 3 | do Estágio 1 | do Estágio 3 | (Reversão) | 31/12/2023 |
| Pessoas Físicas | 1.400 | (526) | (235) | 812 | 501 | 153 | 2.105 |
| Consignado | 1.319 | (526) | (235) | 789 | 501 | 159 | 2.007 |
| Outros empréstimos | 81 | - | - | 23 | - | (6) | 98 |
| Pessoas Jurídicas | 11.496 | (1.986) | - | 95 | - | (7.368) | 2.237 |
| Capital de Giro | 3.402 | (683) | - | 68 | - | (2.031) | 756 |
| Financiamento à exportação / importação | 5.365 | (1.296) | - | 27 | - | (2.895) | 1.201 |
| Outros empréstimos | 2.729 | (7) | - | - | - | (2.442) | 280 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| Total | 12.896 | (2.512) | (235) | 907 | 501 | (7.215) | 4.342 | |
|---|---------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Estágio 3 | Saldo Inicial 31/12/2022 | Transferência para Estágio 1 | Transferência para Estágio 2 | Transferência do Estágio 1 | Transferência do Estágio 2 | Write-off | Constituição / (Reversão) | Saldo Final 31/12/2023 |
| Pessoas Físicas | 74.647 | (12.594) | (501) | 1.228 | 235 | (35.990) | 15.787 | 42.812 |
| Consignado | 66.601 | (12.594) | (501) | 1.228 | 235 | (35.990) | 20.299 | 39.278 |
| Outros empréstimos | 8.046 | - | - | - | - | - | (4.512) | 3.534 |
| Pessoas Jurídicas | 59.925 | - | - | - | - | (14.813) | 961 | 46.073 |
| Capital de Giro | 23.759 | - | - | - | - | - | (7.592) | 16.167 |
| Financiamento à exportação / importação | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros empréstimos | 36.166 | - | - | - | - | (14.813) | 8.553 | 29.906 |
| Total | 134.572 | (12.594) | (501) | 1.228 | 235 | (50.803) | 16.748 | 88.885 |

| Consolidado dos 3 Estágios | Saldo Inicial 31/12/2022 | Write-off | Constituição / (Reversão) | Saldo Final 31/12/2023 |
|---|---------------------------------|------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Pessoas Físicas | 121.104 | (35.990) | (6.298) | 78.816 |
| Consignado | 112.844 | (35.990) | (1.786) | 75.068 |
| Outros empréstimos | 8.260 | - | (4.512) | 3.748 |
| Pessoas Jurídicas | 97.132 | (14.813) | 1.961 | 84.280 |
| Capital de Giro | 33.967 | - | (11.103) | 22.864 |
| Financiamento à exportação / importação | 18.124 | - | 1.264 | 19.388 |
| Outros empréstimos | 45.041 | (14.813) | 11.800 | 42.028 |
| Subtotal | 218.236 | (50.803) | (4.337) | 163.096 |
| Títulos e valores mobiliários (Estágio 1) | 422 | - | 126 | 548 |
| Total | 218.658 | (50.803) | (4.211) | 163.644 |

| Estágio 1 | Saldo Inicial 31/12/2021 | Transferência para Estágio 2 | Transferência para Estágio 3 | Transferência do Estágio 2 | Transferência do Estágio 3 | Constituição / (Reversão) | Saldo Final 31/12/2022 |
|---|---------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Pessoas Físicas | 48.261 | (245) | (3.292) | 1.919 | 13.922 | (15.508) | 45.057 |
| Consignado | 46.778 | (208) | (2.012) | 1.917 | 13.922 | (15.473) | 44.924 |
| Outros empréstimos | 1.483 | (37) | (1.280) | 2 | - | (35) | 133 |
| Pessoas Jurídicas | 21.119 | (1.374) | - | 45 | - | 5.921 | 25.711 |
| Capital de Giro | 3.708 | (528) | - | 45 | - | 3.581 | 6.806 |
| Financiamento à exportação / importação | 14.094 | (676) | - | - | - | (659) | 12.759 |
| Outros empréstimos | 3.317 | (170) | - | - | - | 2.999 | 6.146 |
| Total | 69.380 | (1.619) | (3.292) | 1.964 | 13.922 | (9.587) | 70.768 |

| Estágio 2 | Saldo Inicial 31/12/2021 | Transferência para Estágio 1 | Transferência para Estágio 3 | Transferência do Estágio 1 | Transferência do Estágio 3 | Constituição / (Reversão) | Saldo Final 31/12/2022 |
|---|---------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Pessoas Físicas | 3.869 | (1.919) | (381) | 245 | 119 | (533) | 1.400 |
| Consignado | 3.867 | (1.917) | (381) | 208 | 119 | (577) | 1.319 |
| Outros empréstimos | 2 | (2) | - | 37 | - | 44 | 81 |
| Pessoas Jurídicas | 370 | (45) | - | 1.374 | - | 9.797 | 11.496 |
| Capital de Giro | 343 | (45) | - | 528 | - | 2.576 | 3.402 |
| Financiamento à exportação / importação | 27 | - | - | 676 | - | 4.662 | 5.365 |
| Outros empréstimos | - | - | - | 170 | - | 2.559 | 2.729 |
| Total | 4.239 | (1.964) | (381) | 1.619 | 119 | 9.264 | 12.896 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| Estágio 3 | Saldo Inicial 31/12/2021 | Transferência para Estágio 1 | Transferência para Estágio 2 | Transferência do Estágio 1 | Transferência do Estágio 2 | Write-off | Constituição / (Reversão) | Saldo Final 31/12/2022 |
|--|-----------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-----------------|------------------------------|---------------------------|
| Pessoas Físicas | 114.412 | (13.922) | (119) | 3.292 | 381 | (75.206) | 45.809 | 74.647 |
| Consignado | 107.608 | (13.922) | (119) | 2.012 | 381 | (69.933) | 40.574 | 66.601 |
| Outros empréstimos | 6.804 | - | - | 1.280 | - | (5.273) | 5.235 | 8.046 |
| Pessoas Jurídicas | 83.551 | - | - | - | - | (9.316) | (14.310) | 59.925 |
| Capital de Giro | 14.109 | - | - | - | - | - | 9.650 | 23.759 |
| Financiamento à exportação / importação | 18.865 | - | - | - | - | - | (18.865) | - |
| Outros empréstimos | 50.577 | - | - | - | - | (9.316) | (5.095) | 36.166 |
| Total | 197.963 | (13.922) | (119) | 3.292 | 381 | (84.522) | 31.499 | 134.572 |

| Consolidado dos 3 Estágios | Saldo Inicial 31/12/2021 | Write-off | Constituição / (Reversão) | Saldo Final 31/12/2022 |
|---|-----------------------------|-----------------|------------------------------|---------------------------|
| Pessoas Físicas | 166.542 | (75.206) | 29.768 | 121.104 |
| Consignado | 158.253 | (69.933) | 24.524 | 112.844 |
| Outros empréstimos | 8.289 | (5.273) | 5.244 | 8.260 |
| Pessoas Jurídicas | 105.040 | (9.316) | 1.408 | 97.132 |
| Capital de Giro | 18.160 | - | 15.807 | 33.967 |
| Financiamento à exportação / importação | 32.986 | - | (14.862) | 18.124 |
| Outros empréstimos | 53.894 | (9.316) | 463 | 45.041 |
| Subtotal | 271.582 | (84.522) | 31.176 | 218.236 |
| Títulos e valores mobiliários (Estágio 1) | 269 | - | 153 | 422 |
| Total | 271.851 | (84.522) | 31.329 | 218.658 |

10. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|----------------|----------------|
| Imóveis | 159.181 | 170.153 |
| Máquinas e equipamentos | 15.708 | 15.795 |
| Veículos e afins | 2.370 | 1.593 |
| Outros | 316 | 316 |
| Subtotal | 177.575 | 187.857 |
| Provisão para redução ao valor recuperável | (107.631) | (104.273) |
| Total | 69.944 | 83.584 |

| Movimentação | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Custo: | | |
| Saldos no início do exercício | 187.857 | 219.455 |
| Bens retomados | 1.163 | 335 |
| Perda na venda de bens | 5.053 | (1.259) |
| Baixa por inutilização | (367) | - |
| Alienações | (16.131) | (30.674) |
| Saldos no final do exercício | 177.575 | 187.857 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | | |
|--|------------------|------------------|
| Provisão para redução ao valor recuperável: | | |
| Saldos no início do exercício | (104.273) | (121.904) |
| Reversão por alienação/ venda de bens | 2.434 | 12.166 |
| Reversão por inutilização | 341 | - |
| Reversão (constituição) provisão do exercício | (6.133) | 5.465 |
| Saldos no final do exercício | (107.631) | (104.273) |
| <hr/> | | |
| Saldo líquido de ativos não financeiros mantidos para venda | 69.944 | 83.584 |

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

- a) **Créditos tributários diferidos:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

| Ativo diferido | 31/12/2022 | Variação PL | Realizações | Adições | Transferências | Pagamentos de tributos (*) | 31/12/2023 |
|--|----------------|-------------|------------------|----------------|----------------|----------------------------|----------------|
| Imposto de Renda | | | | | | | |
| Provisão para perda esperada ao risco de crédito | 54.666 | - | (209.147) | 112.620 | 82.637 | - | 40.776 |
| Ajuste Hedge Accounting | 7.399 | - | (10.548) | 3.914 | - | - | 765 |
| Provisão para desvalorização de bens não de uso | 1.352 | - | (1.364) | 44 | - | - | 32 |
| Provisão para contingências e outras | 336.813 | (21) | (174.231) | 79.368 | - | - | 241.929 |
| Subtotal | 400.230 | (21) | (395.290) | 195.946 | 82.637 | - | 283.502 |
| Prejuízo fiscal | 2.318 | - | (6.235) | 108.180 | - | (74.190) | 30.073 |
| Subtotal – Crédito Tributário IRPJ | 402.548 | (21) | (401.525) | 304.126 | 82.637 | (74.190) | 313.575 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Contribuição Social | | | | | | | |
| Provisão para perda esperada ao risco de crédito | 43.732 | - | (166.814) | 89.592 | 66.110 | - | 32.620 |
| Ajuste Hedge Accounting | 5.919 | - | (8.439) | 3.132 | - | - | 612 |
| Provisão para desvalorização de bens não de uso | 1.010 | - | (1.017) | 26 | - | - | 19 |
| Provisão para contingências e outras | 269.450 | (17) | (138.309) | 62.418 | - | - | 193.542 |
| Subtotal | 320.111 | (17) | (314.579) | 155.168 | 66.110 | - | 226.793 |
| Base negativa da CSLL acumulada | 1.350 | - | (6.202) | 84.825 | - | (74.190) | 5.783 |
| Subtotal – Crédito Tributário CSLL | 321.461 | (17) | (320.781) | 239.993 | 66.110 | (74.190) | 232.576 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL | 724.009 | (38) | (722.306) | 544.119 | 148.747 | (148.380) | 546.151 |

(*) Em 2023, o CCB Brasil aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) – "Litígio Zero" junto à Receita Federal conforme estabelecido pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1, de 12 de janeiro de 2023, que dentre outros benefícios, promoveu descontos nos débitos em aberto e possibilitou o pagamento de débitos fiscais com a utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 136.069 no Banco e R\$ 12.311 referente a cessão de crédito tributário para a subsidiária CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A., que posteriormente foi reembolsado por essa subsidiária.

| Passivo fiscal diferido | 31/12/2022 | Variação PL | Realizações | Adições | 31/12/2023 |
|---|---------------|-------------|-----------------|---------------|---------------|
| Imposto de Renda | | | | | |
| Atualização monetária de depósitos judiciais | 29.748 | - | (8.413) | 6.894 | 28.229 |
| Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos | 13.839 | 684 | (10.402) | - | 4.121 |
| Hedge Accounting | - | - | - | 2.142 | 2.142 |
| Superveniência de Depreciação | 6.139 | - | - | 8.795 | 14.934 |
| Subtotal Imposto de Renda | 49.726 | 684 | (18.815) | 17.831 | 49.426 |
| <hr/> | | | | | |
| Contribuição Social | | | | | |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | | | | | |
|---|----------------|--------------|-----------------|---------------|----------------|
| Atualização monetária de depósitos judiciais | 23.724 | - | (1.239) | - | 22.485 |
| Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos | 11.064 | 548 | (8.861) | - | 2.751 |
| Hedge Accounting | - | - | - | 2.262 | 2.262 |
| Subtotal Contribuição Social | 34.788 | 548 | (10.100) | 2.262 | 27.498 |
| Total impostos passivos diferidos | 84.514 | 1.232 | (28.915) | 20.093 | 76.924 |
| Crédito presumido IR – Lei nº 12.838/13 | 46.192 | - | (23.817) | 237 | 22.612 |
| Crédito presumido CS – Lei nº 12.838/13 | 36.953 | - | (19.054) | 190 | 18.089 |
| Total líquido crédito tributário | 167.659 | 1.232 | (71.786) | 20.520 | 117.625 |

Em 31 de dezembro de 2023, o Consolidado possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, no valor total de R\$ 1.013.849 (Dezembro/22 – R\$ 1.056.019), ao lado de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias no montante de R\$ 233.165 (Dezembro/22 - R\$ 218.084), para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 4.848/20 de até 10 anos.

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Durante o exercício de 2023, o Banco recuperou R\$ 952 (Dezembro/22 - R\$ 1.005), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 427 (Dezembro/22 - R\$ 452 registrados), foram realizados em Impostos diferidos, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

Em novembro de 2023, o CCB Brasil reavaliou os critérios aplicados na apuração do crédito presumido constituído, que resultou na transferência de R\$ 148.747 para o saldo crédito tributário decorrente de perdas de operações de crédito, para os quais o Banco constatou capacidade de realização em Estudo Técnico de Realização de Crédito Tributário, realizado para a data base 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, as recuperações de crédito inadimplidos relacionadas as operações reclassificadas foram oferecidas a tributação.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Crédito Presumido Constituído | 231.915 | 380.662 |
| Passivo Fiscal Diferido | (40.701) | (83.145) |
| Total Crédito Presumido | 191.214 | 297.517 |

c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

| Apuração | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|---|------------------|------------------|---------------|---------------|
| | IR | CS | IR | CS |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | 249.050 | 249.050 | 52.244 | 52.244 |
| Base de cálculo | 249.050 | 249.050 | 52.244 | 52.244 |
| Adições temporárias | 244.265 | 238.865 | 565.098 | 557.069 |
| Adições permanentes | 624.068 | 624.068 | 742.886 | 742.886 |
| Exclusões | (1.706.193) | (1.671.010) | (1.299.963) | (1.293.492) |
| Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL | (588.810) | (559.027) | 60.265 | 58.707 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

(-) Composição de Prejuízo Fiscal/ Base de Cálculo Negativa
 CSLL

| | (316) | (316) | (15.661) | (10.558) |
|---|------------------|------------------|---------------|---------------|
| Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL | (589.126) | (559.343) | 44.604 | 48.149 |
| Encargos à alíquota de 15% para IR e CSLL | 502 | 3.579 | 6.833 | 10.169 |
| Adicional de 10% de IR | 284 | - | 4.465 | - |
| Impostos Correntes | 786 | 3.579 | 11.298 | 10.169 |

Conciliação do resultado

| | | | | |
|---|-----------------|-----------------|---------------|---------------|
| Impostos correntes | 786 | 3.579 | 11.298 | 10.169 |
| IRRF – Exterior a compensar | (12.317) | - | - | - |
| Imposto de Renda e CSLL Diferido (Passivo) | (24.564) | (26.702) | 11.218 | 12.912 |
| (=) Provisão IR e CSLL | (36.095) | (23.123) | 22.516 | 23.081 |
| Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias) | (195.946) | (155.168) | (55.606) | (44.684) |
| Constituição de crédito tributário (s/ Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL) | (108.180) | (84.825) | - | - |
| Baixa de créditos tributários | - | - | 6.763 | 4.057 |
| Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias) | 395.290 | 314.579 | - | - |
| Realização do crédito tributário (s/ prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL) | 6.235 | 6.202 | 71.065 | 57.590 |
| (=) Efeito líquido do crédito tributário | 97.399 | 80.788 | 22.222 | 16.963 |
| Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social | 61.304 | 57.665 | 44.738 | 40.044 |

12. OUTROS ATIVOS

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|----------------------------|---------------|---------------|
| Devedores diversos no país | 38.767 | 36.794 |
| Pagamentos a ressarcir (*) | 36.029 | 29.194 |
| Outros | 2.690 | 2.476 |
| Total | 77.486 | 68.464 |
| Moeda: | | |
| Real | 77.376 | 68.325 |
| Moeda estrangeira | 110 | 139 |
| Total | 77.486 | 68.464 |
| Circulante | 9.026 | 42.090 |
| Não circulante | 68.460 | 26.374 |
| Total | 77.486 | 68.464 |

(*) Refere-se substancialmente a ativos com programas sociais habitacionais no montante de R\$ 31.902 (Dezembro/22 – R\$ 25.161).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

13. INSTRUMENTOS DE CAPITAL

| Captação | Valor de Emissão | | Vencimento | Valor de Emissão | | Tx Juros (a.a.) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------------|------------------|------------|------------|------------------|---------|-----------------|----------------|----------------|
| | Moeda original | Emissão | | Moeda nacional | Emissão | | | |
| Dívida Perpétua Nível I (a) | US\$ 70.000 | 29/12/2016 | - | 228.025 | 8,00% | | 338.891 | 365.239 |
| Dívida Perpétua Nível I (a) | US\$ 100.000 | 04/06/2021 | - | 506.660 | 5,80% | | 484.130 | 521.770 |
| Total | | | | | | | 823.021 | 887.009 |

| Moeda: | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------|----------------|----------------|
| Moeda estrangeira | 823.021 | 887.009 |
| Total | 823.021 | 887.009 |
| Não circulante | 823.021 | 887.009 |
| Total | 823.021 | 887.009 |

Conforme previsto na regulamentação vigente, em decorrência do saldo elevado de prejuízos acumulados auferidos em exercícios anteriores, o Banco não constituiu provisão para pagamento de juros referente aos anos de 2022 e 2023, decorrentes das dívidas perpétuas emitidas.

14. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

| Custo amortizado | 31/12/2023 | | | | |
|---|------------------|----------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Até 03 meses | De 03 meses a 01 ano | Total | | Total |
| | | | Circulante | Não Circulante | |
| Depósitos interfinanceiros | 567.201 | - | 567.201 | - | 567.201 |
| Obrigações por operações compromissadas | 5.225.904 | - | 5.225.904 | - | 5.225.904 |
| Total | 5.793.105 | - | 5.793.105 | - | 5.793.105 |

| Custo amortizado | 31/12/2022 | | | | |
|---|------------------|----------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Até 03 meses | De 03 meses a 01 ano | Total | | Total |
| | | | Circulante | Não Circulante | |
| Depósitos interfinanceiros | 499.976 | - | 499.976 | - | 499.976 |
| Obrigações por operações compromissadas | 4.130.853 | - | 4.130.853 | - | 4.130.853 |
| Total | 4.630.829 | - | 4.630.829 | - | 4.630.829 |

| Moeda: | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------|------------------|------------------|
| Real | 5.793.105 | 4.630.829 |
| Total | 5.793.105 | 4.630.829 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

15. DEPÓSITOS DE CLIENTES

| | 31/12/2023 | | | | | |
|-------------------------|----------------|------------------|----------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Sem vencimento | Até 03 meses | De 03 meses a 01 ano | Total Circulante | Não Circulante | Total |
| Custo amortizado | | | | | | |
| Depósitos à vista | 53.512 | - | - | 53.512 | - | 53.512 |
| Depósitos de poupança | 2.211 | - | - | 2.211 | - | 2.211 |
| Depósitos a prazo | - | 3.724.909 | 663.223 | 4.388.132 | 25.430 | 4.413.562 |
| Outros depósitos | - | 17.435 | - | 17.435 | - | 17.435 |
| Total | 55.723 | 3.742.344 | 663.223 | 4.461.290 | 25.430 | 4.486.720 |

| | 31/12/2022 | | | | | |
|-------------------------|----------------|------------------|----------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Sem vencimento | Até 03 meses | De 03 meses a 01 ano | Total Circulante | Não Circulante | Total |
| Custo amortizado | | | | | | |
| Depósitos à vista | 72.791 | - | - | 72.791 | - | 72.791 |
| Depósitos de poupança | 2.295 | - | - | 2.295 | - | 2.295 |
| Depósitos a prazo | - | 1.830.028 | 1.578.043 | 3.408.071 | 791.529 | 4.199.600 |
| Outros depósitos | - | 15.310 | - | 15.310 | - | 15.310 |
| Total | 75.086 | 1.845.338 | 1.578.043 | 3.498.467 | 791.529 | 4.289.996 |

| Moeda: | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------|------------------|------------------|
| Real | 4.464.537 | 4.274.727 |
| Dólar | 22.183 | 15.269 |
| Total | 4.486.720 | 4.289.996 |

16. OBRIGAÇÕES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | 31/12/2023 | | | | |
|--|----------------|----------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Até 03 meses | De 03 meses a 01 ano | Total Circulante | Não Circulante | Total |
| Custo amortizado | | | | | |
| Letras de crédito imobiliários – LCI | - | 136 | 136 | - | 136 |
| Letras de crédito do agronegócio – LCA | 356.572 | 820.697 | 1.177.269 | 65.178 | 1.242.447 |
| Letra financeira - LF | 16.498 | 46.147 | 62.645 | - | 62.645 |
| Total | 373.070 | 866.980 | 1.240.050 | 65.178 | 1.305.228 |

| | 31/12/2022 | | | | |
|--|----------------|----------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Até 03 meses | De 03 meses a 01 ano | Total Circulante | Não Circulante | Total |
| Custo amortizado | | | | | |
| Letras de crédito imobiliários – LCI | - | 84 | 84 | 153 | 237 |
| Letras de crédito do agronegócio – LCA | 535.081 | 377.270 | 912.351 | 75.485 | 987.836 |
| Letra financeira - LF | 24.430 | 41.442 | 65.872 | 55.545 | 121.417 |
| Total | 559.511 | 418.796 | 978.307 | 131.183 | 1.109.490 |

| Moeda: | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------|------------------|------------------|
| Real | 1.305.228 | 1.109.490 |
| Total | 1.305.228 | 1.109.490 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses do exterior referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior.

Os repasses do país são representados por recursos do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.

Os vencimentos estão assim distribuídos:

| | Até 03 meses | De 03 meses a 01 ano | Total Circulante | Não Circulante | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|------------------|-------------------------|---------------------|-------------------|------------------|------------------|
| Repasses país - Instituições oficiais | 99.792 | 129.409 | 229.201 | 23.157 | 252.358 | 254.067 |
| No exterior | 2.984.981 | 145.554 | 3.130.535 | 9.820 | 3.140.355 | 4.403.925 |
| Empréstimo com a matriz | 2.638.980 | - | 2.638.980 | 9.820 | 2.648.800 | 4.197.999 |
| Demais empréstimos no exterior | 346.001 | 145.554 | 491.555 | - | 491.555 | 205.926 |
| Total geral em 31 de dezembro de 2023 | 3.084.773 | 274.963 | 3.359.736 | 32.977 | 3.392.713 | |
| Total geral em 31 de dezembro de 2022 | 2.086.710 | 2.555.180 | 4.641.890 | 16.102 | | 4.657.992 |

| Moeda: | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------|------------------|------------------|
| Real | 252.358 | 254.067 |
| Moeda estrangeira | 3.140.355 | 4.403.925 |
| Total | 3.392.713 | 4.657.992 |

18. PROVISÕES

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|----------------|------------------|
| Provisões para contingências (nota 19.a) | 542.794 | 1.114.870 |
| Provisões para garantias financeiras prestadas (nota 20) | 32.758 | 27.334 |
| Total | 575.552 | 1.142.204 |
| | | |
| Circulante | 32.753 | 27.203 |
| Não circulante | 542.799 | 1.115.001 |
| Total | 575.552 | 1.142.204 |

19. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes, bem com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo as mais relevantes:

Processos cíveis

O Conglomerado possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 181.031 (Dezembro/22 – R\$ 214.619). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato, declaratórios, obrigações de fazer/não fazer e de indenização por danos materiais e morais.

Processos trabalhistas

O Conglomerado possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 116.014 (Dezembro/22 – R\$ 112.373). As provisões têm relação com processos em que se discutem pretensões trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, intervalo intrajornada e outros.

Processos fiscais e previdenciários

COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 43.253 (Dezembro/22 – R\$ 610.667): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 37.832 (Dezembro/22 – R\$ 35.194). Em junho de 2023 o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Tema 372 da Repercussão Geral, determinando que as receitas brutas operacionais, decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras, integram a base de cálculo do PIS e da COFINS. O saldo de provisão remanescente, bem como aqueles mantidos em garantia através de depósito judicial serão baixados na ocasião em que ocorrer a certificação do trânsito e julgado.

PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 71.803 (Dezembro/22 – R\$ 96.966): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. O valor de R\$ 81.805 (Dezembro/22 – R\$ 120.776) foi depositado em juízo. Em junho de 2023 o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Tema 372 da Repercussão Geral, reconhecendo que as receitas brutas operacionais decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras integram a base de cálculo do PIS e COFINS. O saldo de provisão remanescente, bem como aqueles mantidos em garantia através de depósito judicial serão baixados na ocasião em que ocorrer a certificação do trânsito e julgado.

IRPJ/CSLL PDD - 94 – valor envolvido R\$ 20.179 (Dezembro/22 – R\$ 18.413): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor de R\$ 30.664 (Dezembro/22 – R\$ 28.899) foi depositado em juízo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – Exercícios 2009 a 2011 – valor envolvido R\$ 68.094 (Dezembro/22 – R\$ 61.400): pleiteia a desconstituição de suposto débito de INSS, incidente sobre a participação nos lucros dos administradores, relativo aos períodos-base de 2009 a 2011, lançados através de Auto de Infração, em virtude de não incidir essa contribuição sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor de R\$ 73.947 (Dezembro/22 – R\$ 67.253) foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – Exercícios 2006 a 2008 – valor envolvido R\$ 41.937 (Dezembro/22 – R\$ -): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2008, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor de R\$ 41.446 (Dezembro/22 – R\$ 37.750) foi depositado em juízo.

Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

| Descrição | 31/12/2022 | Adição | Reversão | Atualização | Pagamento | Pagamento com Crédito | |
|---|------------------|---------------|-----------------|---------------|------------------|-----------------------|----------------|
| | | | | | | Tributário (**) | 31/12/2023 |
| Cíveis | 214.619 | 16.416 | (34.951) | 10.440 | (25.492) | - | 181.032 |
| Trabalhistas | 112.373 | 5.956 | (8.343) | 15.397 | (9.370) | - | 116.013 |
| Subtotal | 326.992 | 22.372 | (43.294) | 25.837 | (34.862) | - | 297.045 |
| | | | | | | | |
| Fiscais e previdenciárias | 31/12/2022 | Adição | Reversão | Atualização | Pagamento | Pagamento com Crédito | |
| | | | | | | Tributário (**) | 31/12/2023 |
| PIS/COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98 | 707.633 | - | - | 1.498 | (458.006) | (136.069) | 115.056 |
| IRPJ / CSLL PDD 1994(*) | 18.413 | - | - | 1.766 | - | - | 20.179 |
| INSS Administradores – Exercícios 2009 a 2011 | 61.400 | - | - | 6.694 | - | - | 68.094 |
| INSS Administradores - Exercícios 2006 a 2008 | - | 41.937 | - | - | - | - | 41.937 |
| Outros | 432 | - | - | 51 | - | - | 483 |
| Subtotal | 787.878 | 41.937 | - | 10.009 | (458.006) | (136.069) | 245.749 |
| Total | 1.114.870 | 64.309 | (43.294) | 35.846 | (492.868) | (136.069) | 542.794 |

(*) Refere-se a êxito parcial relacionado a mandado de segurança referente a discussão sobre o critério de dedutibilidade da PDD relativo a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

(**) Em 2023, o CCB Brasil aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF) – "Litígio Zero" junto à Receita Federal conforme estabelecido pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1, de 12 de janeiro de 2023, que dentre outros benefícios, promoveu descontos nos débitos em aberto e possibilitou o pagamento de débitos fiscais com a utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 136.069.

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia um total de R\$ 427.077 sendo R\$ 101.526 – processos cíveis, R\$ 17.748 – processos trabalhistas e R\$ 307.803 – processos fiscais.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Processos classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo CCB Brasil e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

Processos fiscais e previdenciários

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 – valor envolvido R\$ 37.958 (Dezembro/22 – R\$ 29.562): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor de R\$ 30.511 (Dezembro/22 – R\$ 28.597) foi depositado em juízo.

IRPJ / 2008 – valor envolvido R\$ 40.566 (Dezembro/22 – R\$ 40.566): aguardando homologação da adesão ao parcelamento da Lei nº 12.996/14 (REFIS da COPA), cuja análise do RQA – Requerimento de Quitação Antecipada (artigo 33 da Lei nº 13.043/14) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/ CSLL).

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 7.186 (Dezembro/22 – R\$ 44.594): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2008, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor de R\$ 7.810 (Dezembro/22 – R\$ 44.799) foi depositado em juízo

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 92.084 (Dezembro/22 – R\$ 92.084): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012 e 2014, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – valor envolvido R\$ 1.797 (Dezembro/22 – R\$ 1.669): CCB Brasil como responsável solidário, pleiteia a desconstituição de lançamento do suposto débito de IRRF/IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

IOF sobre Cessão de Crédito – valor envolvido R\$ 3.172 (Dezembro/22 – R\$ 2.929): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/2014 a 12/2014, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/07.

Compensação Não Homologada - valor envolvido R\$ 5.605 (Dezembro/22 – R\$ 9.089): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Processos trabalhistas

No Conglomerado existem processos, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 32.608 (Dezembro/22 – R\$ 46.303). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensões trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Conglomerado possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 280.207 (Dezembro/22 – R\$ 235.548). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato, declaratórias, obrigações de fazer/não fazer e de indenização por danos materiais e morais.

20. GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

| | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
|--|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------|
| | Valores Garantidos | Provisões (nota 18) | Valores Garantidos | Provisões (nota 18) |
| Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal | 249.007 | 28.684 | 249.296 | 26.805 |
| Fianças Judiciais - Outros | 358.125 | 3.333 | 388.792 | 288 |
| Fianças pagamentos | 808.842 | 641 | 735.028 | 137 |
| Fianças performance | 32.564 | 97 | 35.488 | 97 |
| Fianças bancárias | 17.758 | 2 | 144.980 | - |
| Outras fianças | 9.783 | 1 | 78.110 | 7 |
| Total | 1.476.079 | 32.758 | 1.631.694 | 27.334 |
| Moeda: | | | | |
| Real | 1.475.445 | 32.758 | 1.503.838 | 27.334 |
| Moeda estrangeira | 634 | - | 127.856 | - |
| Total | 1.476.079 | 32.758 | 1.631.694 | 27.334 |
| Circulante | - | 32.753 | - | 27.203 |
| Não circulante | - | 5 | - | 131 |
| Total | - | 32.758 | - | 27.334 |

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------|------------|------------|
| Credores diversos - país | 52.237 | 92.459 |
| Fornecedores a pagar | 33.780 | 109.553 |
| Sociais e estatutárias | 12.073 | 9.445 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | | |
|-------------------|----------------|----------------|
| Outras obrigações | 5.612 | 5.892 |
| Total | 103.702 | 217.349 |
| Moeda: | | |
| Real | 103.377 | 215.945 |
| Moeda estrangeira | 325 | 1.404 |
| Total | 103.702 | 217.349 |
| Circulante | 98.081 | 206.321 |
| Não Circulante | 5.621 | 11.028 |
| Total | 103.702 | 217.349 |

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

a) Capital Social

| Acionista | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| CCB Brazil Financial Holding Investimentos e Participações Ltda. | 297.223.908 | 162.009.040 | 459.232.948 | 297.223.908 | 162.009.040 | 459.232.948 |
| Bank of China Limited (BOC) (*) | 149.225.015 | 81.338.683 | 230.563.698 | - | - | - |
| Total de ações | 446.448.923 | 243.347.723 | 689.796.646 | 297.223.908 | 162.009.040 | 459.232.948 |
| Total em Reais | 2.263.473 | 1.233.761 | 3.497.234 | 1.887.438 | 1.069.426 | 2.956.864 |

(*) Em 26 de maio de 2023 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social no valor de R\$ 540.370 elevando-o de R\$ 2.956.864 para R\$ 3.497.234, mediante a emissão de 230.563.698 de novas ações ao preço de R\$ 2,34 por ação, sendo 149.225.015 ações ordinárias e 81.338.683 ações preferenciais. Nesta data o CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. cedeu seu direito de preferência na subscrição das novas ações ao Bank of China Limited (BOC). O referido aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 22 de agosto de 2023.

b) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2023 corresponde a 6.398.518 (Dezembro/22 – 6.398.518) ações preferenciais no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/22 – R\$ 55.105).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

23. PARTES RELACIONADAS

a) Partes relacionadas

Os saldos de operações do Banco consolidado partes relacionadas podem ser observados conforme abaixo:

| | Ativos / (passivos) | | Receitas / (despesas) | |
|---|---------------------|--------------------|-----------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Disponibilidades em moedas estrangeiras | 1.370 | 4.312 | - | - |
| China Construction Bank Corporation (a) | 1.370 | 4.312 | - | - |
| Cotas de Fundo de Investimentos | 119.762 | 104.648 | 15.113 | 13.065 |
| FIDC BRASILFactors (c) | 119.762 | 104.648 | 15.113 | 13.065 |
| Outros créditos - rendas a receber | 24.957 | 23.158 | - | - |
| China Construction Bank Corporation (b) | 24.957 | 23.158 | - | - |
| Depósitos à vista | (122) | (556) | - | - |
| BRASILFactors (c) | (1) | (6) | - | - |
| CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda (b) | (77) | (80) | - | - |
| Pessoal-chave da Administração e Controladores (a) | (44) | (470) | - | - |
| Depósitos a prazo | (384.250) | (106.559) | (37.875) | (10.307) |
| BRASILFactors (c) | (47) | - | (1) | (26) |
| FIDC BRASILFactors (c) | (39.395) | (15.115) | (3.612) | (2.334) |
| CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda (b) | (344.310) | (86.538) | (34.085) | (7.724) |
| Pessoal-chave da Administração (a) | (498) | (4.906) | (177) | (223) |
| Depósitos interfinanceiros | (101.801) | (100.596) | (12.771) | (1.897) |
| Banco da China Brasil S.A. (c) | (101.801) | (100.596) | (12.771) | (1.897) |
| Operações compromissadas | (301.657) | (434.247) | (61.066) | (262.251) |
| Banco da China Brasil S.A. (c) | (301.657) | (434.247) | (61.066) | (262.251) |
| LCA | (2.468) | (4.235) | (387) | (793) |
| Pessoal-chave da Administração (a) | (2.468) | (4.235) | (387) | (793) |
| LCI | - | - | - | (42) |
| Pessoal-chave da Administração (a) | - | - | - | (42) |
| NDF | - | - | - | (1.783) |
| BRASILFactors (c) | - | - | - | (1.783) |
| Obrigações por Empréstimos | (2.648.800) | (4.197.999) | 71.103 | 100.522 |
| China Construction Bank Corporation (a) | (2.648.800) | (4.197.999) | 71.103 | 100.522 |

A saber:

- (a) Pessoal-chave da Administração
- (b) Controlador indireto sediado no exterior
- (c) Controladora direta
- (d) Controlada em conjunto (*joint venture*)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As operações de LCA foram realizadas com taxas médias de 97,00% do CDI (Dezembro/22 – 99,78%) e possuem vencimento final em até 03 meses (Dezembro/22 – até 02 anos). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 98,65% do CDI (Dezembro/22 – 84,52% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Dezembro/22 – em até 03 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 5,47% a.a. (Dezembro/22 – 5,53% a.a.) e variação cambial, com vencimento final até 07 anos (Dezembro/22 – em até 07 anos).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração – Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações impostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante os exercícios de 2023 e 2022, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face ao saldo de prejuízos acumulados apresentado no Patrimônio Líquido do Banco.

b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Remuneração fixa (nota 28) | (22.380) | (25.531) |
| Outros | (644) | (689) |
| Total | (23.024) | (26.220) |

b.2) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

24. RECEITAS E DESPESAS COM JUROS E SIMILARES E DIFERENÇAS CAMBIAIS LÍQUIDAS

a) Receita e despesas de juros e similares

Juros e similares na demonstração do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do hedge. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|--------------------|--------------------|
| Receitas de Juros e Similares | 1.916.745 | 1.700.952 |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 1.127.920 | 1.017.108 |
| Ativos financeiros a valor justo de outros resultados abrangentes | 583.472 | 490.919 |
| Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras | 190.240 | 179.860 |
| Ativos financeiros a custo amortizado | 15.113 | 13.065 |
| Despesas de Juros Similares | (1.554.736) | (1.320.429) |
| Captação no mercado aberto | (517.895) | (465.471) |
| Depósitos a prazo | (515.325) | (548.129) |
| Obrigações de empréstimos no exterior | (297.131) | (130.545) |
| Obrigações de empréstimos no país | (151.463) | (140.218) |
| Depósitos interfinanceiros | (56.713) | (19.126) |
| Despesas de juros dos passivos | (16.181) | (16.736) |
| Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários | (28) | (204) |
| Receita Líquida com Juros e Similares | 362.009 | 380.523 |

b) Variações cambiais (líquidas)

As diferenças cambiais mostram basicamente as diferenças que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e não consideram o hedge cambial contratado pelo Banco através de instrumentos financeiros derivativos, cujos impactos estão apresentados em “Ganhos (Perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Empréstimos, cessões e repasses | 335.487 | 325.363 |
| Títulos cambiais líquidos | 59.496 | 60.313 |
| Derivativos | (16.410) | 7.280 |
| Operações de câmbio | (126.879) | (81.934) |
| Operações de crédito | (209.706) | (282.282) |
| Outros | 373 | 321 |
| Variações cambiais líquidas | 42.361 | 29.061 |

25. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS)

Os ganhos com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos, às provisões e pelos ganhos resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Hedge accounting – carteira varejo (nota 6.g) | 31.688 | 11.788 |
| Outros passivos ao valor justo através do resultado (nota 6.g) | 3.417 | (3.417) |
| Outros ativos financeiros | 43 | 26 |
| Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado | (6.106) | 5.911 |
| Derivativos | (71.617) | (47.714) |
| Total | (42.575) | (33.406) |

26. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica “Receita de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todos os honorários e comissões acumulados em favor do Banco no ano, exceto aqueles que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Rendas de garantias prestadas | 27.069 | 32.324 |
| Rendas de outros serviços | 4.218 | 8.072 |
| Outras rendas de tarifas bancárias – PJ | 2.520 | 3.881 |
| Rendas de tarifas bancárias - PF | 4 | 6 |
| Total | 33.811 | 44.283 |

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Outras Receitas Operacionais | | |
| Atualização de depósitos em garantia | 28.791 | 27.686 |
| Renda de Aquisição de Recebíveis | 18.168 | 15.438 |
| Reversão de provisões cíveis (nota 19) | 8.096 | (23.413) |
| Recuperação de encargos e despesas | 6.302 | 3.202 |
| Rendas venda financiada de bens não de uso | 1.491 | 1.483 |
| Outras receitas operacionais | 9.051 | 16.361 |
| Total Outras Receitas Operacionais | 71.899 | 40.757 |
| Outras Despesas Operacionais | | |
| Provisões fiscais (nota 19) | (51.946) | (29.398) |
| Provisões trabalhistas (nota 19) | (13.011) | (11.566) |
| Programa de remuneração aos funcionários | (11.900) | (12.219) |
| Comissões sobre cobranças | (9.438) | (10.799) |
| Fianças prestadas | (5.424) | (1.401) |
| Despesas Rescisórias | (991) | (11.044) |
| Outras despesas Operacionais | (1.664) | (16.675) |
| Total Outras Despesas Operacionais | (94.374) | (93.102) |
| Saldo líquido | (22.475) | (52.345) |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

28. DESPESAS DE PESSOAL

A composição da rubrica “Despesas com pessoal” está demonstrada a seguir:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Salários | (93.962) | (90.629) |
| Encargos Sociais | (33.438) | (36.284) |
| Benefícios | (23.489) | (20.157) |
| Honorários da diretoria (nota 23.b1) | (22.380) | (25.531) |
| Outros | (2.247) | (2.298) |
| Total | (175.516) | (174.899) |

29. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Despesas de serviços de terceiros | (24.046) | (27.063) |
| Despesas de processamento de dados | (17.751) | (18.266) |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | (9.803) | (9.003) |
| Despesas de aluguéis e taxas | (4.128) | (3.821) |
| Despesas de manutenção e conservação | (3.764) | (4.647) |
| Despesas emolumentos judiciais e cartorários | (623) | (2.146) |
| Outras despesas | (6.503) | (6.982) |
| Total | (66.618) | (71.928) |

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Despesas de contribuição à COFINS | (21.894) | (26.341) |
| Despesas contribuição ao PIS/PASEP | (3.558) | (4.281) |
| Despesas tributárias | (3.468) | (4.235) |
| Despesas de impostos s/serviços de qualquer natureza | (3.269) | (2.746) |
| Total | (32.189) | (37.603) |

31. GANHOS (PERDA) COM OUTROS ATIVOS (LÍQUIDAS)

Refere-se basicamente a resultados obtidos na venda de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Resultado na venda de ativos disponíveis para venda | 7.487 | 10.907 |
| Lucro (Prejuízo) baixa de bens de uso | - | (146) |
| Baixa por inutilização | (49) | (987) |
| Reversão (constituição) provisão para outros ativos | (11.556) | 5.293 |
| Outras rendas (despesas) não operacionais | 5.423 | (1.863) |
| Total | 1.305 | 13.204 |

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

O Banco mantém como principal foco de sua estratégia atuação no segmento de Atacado. Referido segmento inclui basicamente a concessão de empréstimos e recebíveis com garantia de recebíveis, sendo o Capital de Giro o produto mais rentável do segmento. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que proporcionam ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente, o Banco participa ativamente no mercado de câmbio cujas captações são realizadas junto a bancos internacionais.

O segmento Varejo inclui empréstimos e recebíveis do tipo consignado para empregados do setor público e financiamento de veículos para pessoa física.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

As demonstrações de resultado e outros dados significativos estão relacionados a seguir.

| | <u>Atacado</u> | <u>Varejo</u> | <u>31/12/2023</u> | <u>Atacado</u> | <u>Varejo</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-----------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|
| Receitas com juros e similares | 1.753.752 | 162.993 | 1.916.745 | 1.526.935 | 174.017 | 1.700.952 |
| Despesas com juros e similares | (1.450.513) | (104.223) | (1.554.736) | (1.191.114) | (129.315) | (1.320.429) |
| Resultado líquido com juros e similares | 303.239 | 58.770 | 362.009 | 335.820 | 44.703 | 380.523 |
| Diferenças cambiais (líquidas) | 42.361 | - | 42.361 | 29.061 | - | 29.061 |
| Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) | (35.411) | (7.164) | (42.575) | (44.202) | 10.796 | (33.406) |
| RECEITA LÍQUIDA COM JUROS | 310.189 | 51.606 | 361.795 | 320.679 | 55.499 | 376.178 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (226) | 248 | 22 | (2.164) | (97) | (2.261) |
| Receita de tarifas e comissões | 33.811 | - | 33.811 | 44.280 | 3 | 44.283 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | (61.802) | 39.327 | (22.475) | (112.884) | 60.539 | (52.345) |
| TOTAL DE RECEITAS | 281.972 | 91.181 | 373.153 | 249.912 | 115.943 | 365.855 |
| Despesas com pessoal | (163.744) | (11.772) | (175.516) | (163.192) | (11.707) | (174.899) |
| Outras despesas administrativas | (55.686) | (10.932) | (66.618) | (57.115) | (14.813) | (71.928) |
| Despesas tributárias | (28.100) | (4.089) | (32.189) | (35.157) | (2.446) | (37.603) |
| Depreciação e amortização | 8.704 | (69) | 8.635 | (10.953) | (103) | (11.056) |
| Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros | 40.201 | (35.990) | 4.211 | 14.480 | (45.809) | (31.329) |
| Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidos) | 1.216 | 89 | 1.305 | 12.284 | 920 | 13.204 |
| PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO | 84.563 | 28.418 | 112.981 | 10.258 | 41.986 | 52.244 |
| Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos | (78.742) | (40.227) | (118.969) | (33.644) | (51.138) | (84.782) |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | 5.821 | (11.809) | (5.988) | (23.386) | (9.152) | (32.538) |
| Total em Ativos | 17.402.728 | 759.512 | 18.162.240 | 17.076.436 | 955.794 | 18.032.230 |
| Principal linha de ativo: | | | | | | |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 9.445.483 | 723.215 | 10.168.698 | 9.232.054 | 936.644 | 10.168.698 |
| Total em Passivos | 15.878.228 | 737.659 | 16.615.887 | 16.094.179 | 927.631 | 17.021.810 |
| Principal linha de passivo: | | | | | | |
| Depósitos de clientes | 3.795.789 | 690.931 | 4.486.720 | 3.398.795 | 891.201 | 4.289.996 |

O Banco possui agência na Ilhas Cayman cujo total de ativos é de R\$ 3.220.762 (R\$ 4.832.505 em 2022) e o patrimônio líquido no montante de R\$ 1.736.952 (R\$ 1.450.607 em 2022).

33. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco efetua o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução nº 4.557/17 do CMN. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à Estrutura Gestão de Riscos e responsabilidades no contexto do CCB Brasil.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Consolidado financeiro e demais empresas integrantes do grupo econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. O Departamento de Gestão de Riscos compõe-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

GESTÃO DE RISCO

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O Banco designou o CRO – Chief Risk Officer como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Mercado

A Divisão de Risco de Liquidez, Mercado e Capital é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pela Declaração de apetite ao Risco (RAS), assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O monitoramento do Risco de Mercado no CCB Brasil é executado por alguns principais tipos de medidas: posições (stale positions), controle de nível de exposição cambial, sensibilidades, testes de estresse, o “Value-at-risk” (incluindo testes de aderência e validações), EVE- Economic Value of Equity e NII – Net Interest Income.

Todas as métricas de risco são avaliadas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

ESG – Risco Socioambiental e Climático

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados à capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil conta com uma divisão independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta divisão, calcula os ratings e probabilidades de perdas de clientes baseados em métricas estatísticas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco.

As atividades dessa divisão diferem, portanto, dos procedimentos e conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito

| Descrição | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|------------|----------|---------|------------|----------|---------|
| | Brasil | Exterior | Total | Brasil | Exterior | Total |
| Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil | 7.292 | 7.270 | 14.562 | 33.279 | 22.826 | 56.105 |
| A custo amortizado | 119.762 | - | 119.762 | 104.648 | - | 104.648 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | | | | | | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| A valor justo de outros resultados abrangentes | 4.953.678 | - | 4.953.678 | 4.405.701 | - | 4.405.701 |
| Instrumentos Financeiros derivativos | 101.516 | - | 101.516 | 109.322 | - | 109.322 |
| Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras | 2.526.303 | 17.701 | 2.544.004 | 2.129.794 | 104.300 | 2.234.094 |
| Empréstimos e adiantamentos a clientes | 6.574.553 | 3.167.953 | 9.742.506 | 8.454.958 | 1.713.740 | 10.168.698 |
| Outros empréstimos e recebíveis | 7.312 | - | 7.312 | 16.358 | - | 16.358 |
| Outros ativos financeiros | (86.045) | - | (86.045) | 13.378 | - | 13.378 |
| Coobrigação e riscos em garantias prestadas | | | | | | |
| Créditos abertos para importação | 11.919 | - | 11.919 | 52.514 | - | 52.514 |
| Fianças prestadas | 1.476.079 | - | 1.476.079 | 1.631.695 | - | 1.631.695 |
| Cobrança de exportação | 2.587.348 | - | 2.587.348 | 2.742.468 | - | 2.742.468 |
| Total | 18.279.717 | 3.192.924 | 21.472.641 | 19.694.115 | 1.840.866 | 21.534.981 |

Perda de crédito esperada

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Banco reconhece a provisão para perdas na Demonstração do Resultado do balanço em IFRS.

São necessários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Prazo para avaliação da perda de crédito esperada: o Banco considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- Informações prospectivas: a IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O Banco utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: o Banco utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequada.
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: em cada período das Demonstrações Contábeis Consolidadas, o Banco avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente utilizando triggers (indicadores) relativos e absolutos por produto e país.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo efetuado pelo Banco.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Aumento significativo no risco de crédito: o Banco avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: a contraparte, o tipo e as características do produto e a região em que foi contratado, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias;
- Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias.

A abordagem dessa avaliação no CCB Brasil leva em conta critérios compatíveis com o IFRS 9 que também adota as medidas:

- Da ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito da operação no período compreendido entre a data do reconhecimento inicial e a data de apuração da perda esperada.
- A mudança no padrão de risco desde o reconhecimento inicial;
- O prazo de vencimento esperado do instrumento financeiro e;
- Outras informações razoáveis e suportáveis cujos esforços para obtenção se justifique.

A classificação dos contratos no estágio 1 indicam que tais avaliações não identificam aumentos significativos de risco entre as datas de reconhecimento e reporte. A classificação no estágio 2 indica que foram encontrados elementos que iniciam aumento significativo de risco. No estágio 3 se classificam os ativos com evidências objetivas de perdas (default).

O Banco avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Os conceitos da norma IFRS 9, considera um padrão de relatório financeiro que trata principalmente de classificação e redução ao valor recuperável de ativos financeiros, cuja premissa para o reconhecimento da perda esperada é baseada em princípios e não somente em regras com diferentes métodos de mensuração e dispensa a ocorrência de atrasos e perdas efetivas, antecipando-se a elas, portanto.

Para esse fim leva em conta a avaliação de aumento significativo do risco de crédito do instrumento financeiro considerados três aspectos principais:

- i) indicador básico, ii) fatores quantitativos e iii) fatores qualitativos.

O Indicador básico consiste na verificação do tempo de atraso dos pagamentos contratuais. É considerado como aumento significativo de risco de crédito em um ativo financeiro se os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, a menos que a Instituição possua informações razoáveis e suportáveis sem custos ou esforços indevidos que estes riscos não aumentaram de fato.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Para avaliar mudanças de risco o CCB Brasil utiliza as escalas de ratings para definir a qualidade da carteira pela composição dos melhores ratings (menor risco) e determinar as faixas de “grau de investimento” ou “grau de não investimento” como medida de partida para análises.

Na prática, os estágios obedecem a critérios seletivos que se sobrepõem tais como (i) decisão da Administração (ii) tempo de atraso; (iii) aumento significativo de risco; (iv) definições de créditos problemáticos e (v) e por último, indicadores de classificação (ratings).

A Probabilidade de Default (PD) indica a probabilidade de perda para determinado horizonte de tempo (nos próximos 12 meses), para exposições pertencentes ao estágio 1, ou até o vencimento final do contrato para exposições classificadas no estágio 2 com vencimento superior a um ano e fornece uma estimativa probabilística de um cliente não cumprir suas obrigações. As probabilidades de default são associadas a escalas ou níveis de ratings que podem variar e, conseqüentemente, a comparação das PDs podem indicar aumentos significativos do risco de crédito das operações.

O CCB Brasil adotou a prática de cálculo da PD de 12 meses como indicador de risco de crédito, o que é uma prática consagrada no setor financeiro local e internacional. As agências de classificação internacionais e locais geralmente representam o risco de crédito de uma contraparte associando uma probabilidade de inadimplência para um horizonte fixo de avaliação, sendo comumente utilizado o horizonte de 12 meses para estimativas de ocorrências de perdas de crédito em empréstimos corporativos e de varejo.

A PD lifetime é probabilidade estimada de ocorrência do default para o período remanescente de vigência, ou vencimento da operação, caso seja superior (ou inferior) a um ano. A PD lifetime é utilizada para o cálculo da perda esperada de crédito das exposições classificadas no estágio 2 considerada após os ajustes forward looking abaixo descritos.

A LGD sigla em inglês para “perda dada a inadimplência” (Loss given default), indica qual será a perda efetiva do cliente. No Banco, este é um dado estimado por modelagem estatística e considera a observação do comportamento histórico de recuperação de créditos baixados a prejuízo no período retroativo de cinco anos em quantidade de contratos por modalidade suficientemente significativa para consistência do estudo estatístico, tanto para carteira de varejo como para a carteira corporate.

A EAD ou Exposure at Default pode ser definida como o valor bruto da exposição à inadimplência de um devedor, incluindo o principal e o reembolso de juros de acordo com o contrato, bem como a expectativa razoável do pagamento futuro da dívida subjacente, representado pelo fluxo de caixa da operação.

Cálculo de Impairment ou ECL (expected credit loss). No Banco, a perda esperada é apurada a partir da equação:
 $ECL = EAD \times PD \times LGD$.

Análise de sensibilidade - ECL forward looking

Realizamos a inclusão da análise macroeconômica baseada em cenários por apresentar uma visão voltada para o futuro devido à sua variedade de cenários possíveis. O objetivo de estimar as perdas esperadas de crédito não significa estimar um cenário pior ou melhor, mas o cálculo de que a perda de crédito ocorra dentro da realização do cenário mais provável. Compreender a perda de crédito, ao incorporar a probabilidade de que um cenário ocorra, utilizando a probabilidade ponderada, mesmo que esta última seja baixa, pode ajudar a informar a probabilidade de incorrer em perdas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O aumento da complexidade da abordagem a ECL, bem como os horizontes de tempo mais longos sobre qual as perdas de crédito são modeladas, aumenta o esforço necessário para a estimativa de subsídios de perda de crédito e sua volatilidade potencial.

Cabe observar que as Perdas Esperadas de crédito de doze meses, usadas para fins de regulamentação são normalmente baseadas na probabilidade de default 'through the cycle' (ou seja, a probabilidade de incumprimento em condições econômicas de ciclo-neutro). Por sua vez, a PD usada para o IFRS 9 deve ser 'point in time' (ou seja, a probabilidade de incumprimento em condições econômicas atuais) e não contém ajustes. Isso pode ocasionar certa imprecisão quando medimos a perda passada e a projetamos para o futuro. No entanto, PDs regulamentares podem ser um bom ponto de partida, sabendo-se de antemão que as estimativas de PDs vão mudar quando uma entidade se move através do ciclo econômico. Nos modelos normativos, como a PD é calculada pelo ciclo, as estimativas são menos sensíveis às mudanças nas condições econômicas. Portanto, as PDs regulamentares refletem tendências de longo prazo no comportamento de PD. Como consequência, durante um ciclo econômico mais recessivo, as Probabilidades de Default sob o IFRS9 serão maiores do que as Probabilidades de Default regulatórias. Adicionalmente, quando se utiliza a PD 'through the cycle' as respostas ao longo do tempo podem não variar significativamente entre as datas de originação e de relato, pois a PD reflete a taxa de inadimplência média a longo prazo.

A análise baseada em cenário incorpora informações prospectivas usando vários cenários macroeconômicos. O quadro abaixo revela três cenários e a estimativa de perdas de crédito esperada. Ao avaliar o impacto das perdas de crédito do portfólio contracheques nos principais indicadores macroeconômicos (por exemplo, o desemprego e o PIB), cada cenário implica um caminho diferente para perdas de crédito. Estas perdas foram agregadas estimando-se a probabilidade de ocorrência de cada cenário. Os ajustes para cenários prospectivos (Ajustes Forward Looking) por variáveis macroeconômicas foram considerados para garantir que a estimativa da perda de crédito atenda aos requisitos prospectivos exigidos.

| CCB Brasil - Consolidado | | IFRS9 - Cálculo de perda Esperada – 31/12/2023 | | |
|--------------------------|-----------|--|---------|------------|
| Carteira | EAD | Otimista | Neutro | Pessimista |
| On balance | 9.762.451 | 161.903 | 163.096 | 164.289 |

O ajuste prospectivo é efetuado com base em informações preditivas fornecidas por modelo desenvolvido, considerando dados macroeconômicos, processos de choques e delineamento de cenários em três níveis de confiança: i) viés negativo ou pessimista (25%), ii) neutro (50%) e iii) positivo ou otimista (25%) que são inputs do sistema de apuração de ECL do CCB Brasil e caracterizam o cenário neutro. Por sua vez, o cenário pessimista considera que somente as variáveis macroeconômicas do cenário pessimista atuarão. O otimista, que somente as variáveis do cenário otimista estarão presentes.

São utilizadas variáveis macroeconômicas de ampla divulgação no mercado financeiro, que melhor se ajustam à variação e dinâmica dos índices de inadimplência. As projeções destes índices e sua probabilidade de ocorrência são extraídas do relatório Focus de Mercado do Banco Central do Brasil, bem como de economistas e consultorias especializadas contratados pela instituição.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Classificação de risco segundo a Resolução CMN 2.682/99.

Adicionalmente, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional, através das Resolução 2.682/99, o Conglomerado classifica a carteira de crédito quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado abaixo:

Composição da carteira por níveis de risco

| Nível de risco | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|----------------|------------------|-------------------|
| AA | 4.081.952 | 4.442.165 |
| A | 4.239.104 | 3.701.930 |
| B | 1.226.986 | 1.828.264 |
| C | 92.664 | 65.826 |
| D | 5.373 | 15.901 |
| E | 8.230 | 20.520 |
| F | 3.561 | 6.068 |
| G | 65.529 | 69.361 |
| H | 69.412 | 222.775 |
| Total | 9.792.811 | 10.372.810 |

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez do CCB Brasil consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que o CCB Brasil tem e terá recursos suficientes para fazer frente às suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no circulante e em não circulante.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no circulante quanto no não circulante.

A gestão do risco de liquidez prevê:

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez nos prazos circulante e não circulante;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3;

III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados tempestivamente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, são apresentados abaixo:

Fluxos Futuros não Descontados

| Ativos Financeiros | 31/12/2023 | | | | |
|--|--------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------|
| | 0 a 30 dias | 31 a 365 dias | 366 a 720 dias | Acima de 720 dias | Total |
| Disponibilidades | 110 | - | - | - | 110 |
| Aplicações em Instituições Financeiras | 2.000.867 | - | - | - | 2.000.867 |
| Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada | 2.000.867 | - | - | - | 2.000.867 |
| Títulos e Valores Mobiliários | - | 478.447 | - | 4.669.960 | 5.148.407 |
| Títulos Públicos | - | 478.447 | - | 4.550.141 | 5.028.588 |
| Cotas de Fundos | - | - | - | 119.819 | 119.819 |
| Operações de Crédito e Arrendamento | 1.891.369 | 8.072.913 | 627.979 | 549.835 | 11.142.097 |
| Créditos em Moeda Nacional | 917.243 | 4.146.292 | 122.404 | 45.916 | 5.231.855 |
| Créditos em Moeda Estrangeira | 767.162 | 2.999.206 | 148.970 | - | 3.915.338 |
| Operações de Varejo | 19.312 | 215.935 | 204.863 | 503.919 | 944.029 |
| Crédito Rural | 44.830 | 676.272 | 151.742 | - | 872.844 |
| Operações de Leasing | 142.822 | 35.208 | - | - | 178.031 |
| Total | 3.892.346 | 8.551.360 | 627.979 | 5.219.795 | 18.291.481 |
| Passivos Financeiros | 0 a 30 dias | 31 a 365 dias | 366 a 720 dias | Acima de 720 dias | Total |
| Depósitos | 960.355 | 3.110.613 | 1.410.041 | 49.420 | 5.530.428 |
| Depósitos à Vista | 54.048 | - | - | - | 54.048 |
| Depósitos de Poupança | - | 2.318 | - | - | 2.318 |
| Depósitos a Prazo | 696.807 | 2.737.862 | 1.235.462 | 49.420 | 4.719.551 |
| Depósitos Interfinanceiros | 209.500 | 370.433 | 174.579 | - | 754.512 |
| Captações no Mercado Aberto | 4.706.598 | - | - | - | 4.706.598 |
| Títulos Públicos | 4.706.598 | - | - | - | 4.706.598 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | 2.902.943 | 399.420 | - | - | 3.302.363 |
| Total | 8.569.896 | 3.510.033 | 1.410.041 | 49.420 | 13.539.389 |
| Dívidas Subordinadas | - | - | 341.138 | 487.340 | 828.478 |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | | | | | |
|------------------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|------------------|
| Captação 2.921 | 40.877 | - | - | - | 40.877 |
| Gap de liquidez | (4.718.427) | 5.041.327 | (1.123.199) | 4.683.036 | 3.882.737 |

A informação acima foi elaborada com base nos vencimentos nominais dos ativos e passivos financeiros do CCB Brasil, contudo, o Consolidado contém títulos e valores mobiliários classificados na categoria Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 3.366.524 (R\$ 3.286.700 em 2022), cujo vencimento é superior a um ano, que representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional.

Por sua vez, parte dos passivos financeiros, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 2.648.800 (R\$ 4.197.999 em 2022), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

| | 31/12/2023 | | |
|----------------------|--------------------|--------------------------------------|-------------------|
| | Liquidez Nominal | Reclassificação por liquidez efetiva | Liquidez ajustada |
| Ativo Circulante | 9.270.432 | 3.366.524 | 12.636.956 |
| Passivo Circulante | (15.106.426) | 2.648.800 | (12.457.626) |
| Saldo Líquido | (5.835.994) | 6.015.324 | 179.330 |

Análise de sensibilidade

O CCB Brasil conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I), 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela Administração foi referenciada por fonte externa independente: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Riscos e Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às políticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários:

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários:

Cenário 1: Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2023, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 2: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2023, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 3: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2023, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Os cenários adotados para as Carteiras banking e trading encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo de queda das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre decréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem tendência de alta, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

| Carteira Banking – premissas para fatores de risco | | | |
|--|---|---|---|
| | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 |
| Curva de Juros (Pré) | deslocamento paralelo de +1.000 basis points | deslocamento paralelo de +2.500 basis points | deslocamento paralelo de +5.000 basis points |
| Curva de Cupom Cambial | deslocamento paralelo de - 1.000 basis points | deslocamento paralelo de - 2.500 basis points | deslocamento paralelo de - 5.000 basis points |
| Dólar à Vista | aumento de 10% | aumento de 25% | aumento de 50% |
| B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão | queda de 10% | queda de 25% | queda de 50% |
| Inflação | alta de 10% | alta de 25% | alta de 50% |

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

| Carteira Banking – resultados para os fatores de risco em 31/12/2023 | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|
| Fatores de risco | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 |
| Dólar e Cupom de Dólar | (18.479) | (46.109) | (91.851) |
| Taxa Prefixada em Reais | (4.646) | (10.635) | (18.282) |
| Perda Total | (23.125) | (56.744) | (110.133) |

| Carteira Trading – resultados para os fatores de risco em 31/12/2023 | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|
| Fatores de risco | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 |
| Dólar e Cupom de Dólar | (522) | (1.317) | (2.672) |
| Taxa Prefixada em Reais | (565) | (1.291) | (2.216) |
| Perda Total | (1.087) | (2.608) | (4.888) |

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.

- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.

- Ações e Índices – Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.

- Inflação – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para a Instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nesta carteira, sugere-se a avaliação dos resultados das mensurações de Delta *EVE* (*Economic Value of Equity*) e Delta *NII* (*Net Interest Income*) com a metodologia de cálculo normatizada pelo Banco Central do Brasil na Circular 3.876/18 e na Resolução BCB 54/20. Diante disto, ressalta-se que a análise de sensibilidade se trata de uma visão geral das perdas potenciais envolvidas na carteira em caso de materialização dos choques sobre os fatores de riscos estressados de forma isolada. Isto significa que a correlação e os impactos conjunturais não estão sendo considerados nesta análise.

Assim, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de risco e suficiência de Capital do CCB Brasil adota, dentre outros, elementos básicos de análise, como o entendimento e identificação dos riscos inerentes às suas atividades consubstanciadas em política de gestão de Capital e Liquidez, avaliação da necessidade de capital para os riscos mais relevantes; desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional; plano de Capital e Contingência, e Orçamento estratégico. É realizado por meio de métricas quantitativas que incluem modelos e recomendações do Banco Central do Brasil, sob perspectivas e conceitos de Basileia III.

O acompanhamento e monitoramento deste gerenciamento é contínuo pelo Comitê de Riscos, avaliado pelo Conselho de Administração no Brasil, pela Matriz (Head Office) e regularmente reportado ao BACEN. Este arcabouço está embasado nas diretrizes impostas pela Resolução CMN nº 4557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos e de Capital e a política de divulgação de informações. Destacam-se na resolução a obrigatoriedade de criação nos bancos de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição de uma Declaração de Appetite a Riscos, conhecida por RAS (“Risk Appetite Statement”), de programas de testes de estresse, a da constituição do Comitê de Riscos, dentre outras.

A tabela a seguir indica os requerimentos mínimos de capital válidos para 2023:

| Requerimentos Bacen | Válido em 31/12/2023 | Válido em 31/12/2022 |
|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| Índice de Capital Principal | 7,0% | 7,0% |
| Índice de Capital de Nível 1 | 8,5% | 8,5% |
| Índice de Basileia (PR total) | 10,5% | 10,5% |

A Razão de Alavancagem (RA) é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN nº 3.748/15. Trata-se de uma medida simples de alavancagem não sensível a risco e não leva em consideração os Fatores de Ponderação de Risco (FPR) ou mitigações consideradas no RWA. Não é requerido para bancos do Grupo S3, mas é apurado para fins de monitoramento de RAS e se constitui num bom indicador da relação capital X ativos de uma instituição.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

A tabela a seguir exibe os principais indicadores de capital apurados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e atende tanto os requeridos pelo Bacen como os estabelecidos em Política de RAS para 2023 – cuja revisão é feita anualmente ou a qualquer momento em que a circunstância requeira.

| Em R\$ Mil | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Capital Nível 1 | 2.405.653 | 1.979.876 |
| -Capital Principal | 1.582.632 | 1.092.867 |
| -Perpetual Bonds | 823.021 | 887.009 |
| Patrimônio de Referência | 2.405.653 | 1.979.876 |
| -RWACpad | 10.420.893 | 11.020.720 |
| -RWAMpad | 127.651 | 167.968 |
| -RWAOpad | 1.310.934 | 1.332.733 |
| Total RWA | 11.859.478 | 12.521.421 |
| -IRRBB | 47.358 | 90.728 |
| Índices | | |
| Capital Principal | 13,34% | 8,73% |
| Nível 1 | 20,28% | 15,81% |
| Índice de Basileia | 20,28% | 15,81% |
| IB para RWA + IRRBB | 19,32% | 14,50% |

O artigo 12 da Resolução CMN nº 4.958/21 determina que as instituições devam manter Capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), tratando-o, porém, como um requerimento adicional de capital, sem incluí-lo na definição de RWA. No CCB Brasil, o limite para IRRBB é definido em Reais (R\$) na declaração de apetite a Riscos. A revisão da metodologia de cálculo, conjugada com a redução da carteira de crédito de longo prazo, tem reduzido o consumo de capital neste item desde dezembro de 2020.

34. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

b) Conciliação do resultado e patrimônio líquido

As Demonstrações Contábeis Individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. são elaboradas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), enquanto as Demonstrações Contábeis Consolidadas são elaboradas adotando o padrão contábil internacional conforme os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Sendo assim abaixo está demonstrada a reconciliação do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. com o China Construction Bank (Brasil) Consolidado S.A. em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | Resultado | | Patrimônio Líquido | |
|--|-----------------|-----------------|--------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| CCB BRASIL INDIVIDUAL - BRGAAP | (26.668) | (21.829) | 1.621.678 | 1.106.425 |
| <i>Expected Credit Losses (ECL) - Operações de Crédito, e demais ativos financeiros ⁽¹⁾</i> | 6.840 | (8.202) | (19.556) | (26.396) |
| Desconto Financeiro | 1.889 | (678) | (11.783) | (13.671) |
| Taxa Efetiva | (2.337) | (6.363) | (2.218) | 119 |
| Arrendamentos - IFRS 16 | 6.760 | (2.607) | (7.684) | (14.444) |
| Operações sem retenção de riscos e benefícios | 389 | (3.992) | (33.208) | (33.846) |
| Hedge accounting carteira de varejo | 7.377 | 11.822 | (1.682) | (9.059) |
| Outros | (238) | (689) | 806 | 1.292 |
| CCB BRASIL CONSOLIDADO - IFRS | (5.988) | (32.538) | 1.546.353 | 1.010.420 |

⁽¹⁾ Na adoção do IFRS 9 houve alteração no modelo de cálculo de perda incorrida (IAS 39) para perda esperada, considerando informações prospectivas. No BRGAAP é utilizado o conceito de perda esperada de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2024 foi implementada a aquisição do controle acionário do CCB Brasil pelo BOC, instituição financeira chinesa com sede em Pequim, atual controladora, no País, do Banco da China Brasil S.A. ("BOC Brasil"), através da aquisição de ações do CCB Brasil mantidas até então pelo CCB Holding. Foram transferidas 240.855.998 ações, sendo 155.886.378 ações ordinárias e 84.969.620 ações preferenciais. Diante do exposto, o quadro de acionistas do CCB Brasil passará a ser o seguinte:

| Acionista | 31/01/2024 | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | % |
| Bank of China Limited (BOC) | 305.111.393 | 166.308.303 | 471.419.696 | 67% |
| CCB Brazil Financial Holding Investimentos e Participações Ltda. | 141.337.530 | 77.039.420 | 218.376.950 | 32% |
| Ações em tesouraria | - | 6.398.518 | 6.398.518 | 1% |
| Total de ações | 446.448.923 | 249.746.241 | 696.195.164 | 100% |

Inicia-se um processo de transição e cumprimento de determinadas obrigações contratuais e regulatórias para que se conclua a transação e, oportunamente, da alteração dos nomes fantasia e razões sociais do CCB Brasil e de suas sociedades controladas.

Conselho de Administração

| | |
|----------------------|--|
| Presidente: | Xilai Feng |
| Membros do Conselho: | Fanggen Liu Liping Shang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira |

Diretoria

| | |
|---------------------|----------------|
| Diretor Presidente: | Zhang Guanghua |
|---------------------|----------------|

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

| | |
|----------------------------------|--|
| Diretores Vice-Presidente: | Deming Li Lei Xu |
| Diretor: | Hsia Hua Sheng Claudio Augusto Rotolo |
| Contador: | Fábio José Mazzetto Said CRC: 1SP264988/O-8 |
| Comitê de Auditoria | |
| Presidente e membro qualificado: | Heraldo Gilberto de Oliveira |
| Membros do Comitê: | Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid |